

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO NORTE – IFRN

**AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**  
**Relatório 2013**

NATAL/RN  
MARÇO/2014

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte –  
IFRN**

**REITOR  
Belchior de Oliveira Rocha**

**PRÓ-REITOR DE ENSINO  
José de Ribamar Silva Oliveira**

**PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO  
Régia Lúcia Lopes**

**PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO  
José Yvan Pereira Leite**

**PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL  
Wyllys Abel Farkatt Tabosa**

**PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO  
Juscelino Cardoso de Medeiros**

**DIRETORA DE GESTÃO DE ATIVIDADES ESTUDANTIS  
Solange da Costa Fernandes**

**DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS  
Auridan Dantas de Araújo**

**DIRETOR DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
Alex Fabiano de Araújo Furtunato**

**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA CENTRAL  
Ana Maria de Oliveira Castro  
Artur Fabiano Araújo de Albuquerque  
Derick da Costa Ferreira  
Iara Celly Gomes da Silva  
Luísa de Marilac de Castro Silva  
Maria dos Navegantes dos Santos da Silva  
Viviane Ferreira de Medeiros**

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
1.1	BREVE HISTÓRICO DAS AUTOAVALIAÇÕES REALIZADAS NO IFRN	3
<b>2</b>	<b>ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL</b>	<b>6</b>
2.1	FUNÇÃO SOCIAL	6
2.2	HISTÓRICO	6
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>12</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>15</b>
4.1	DIMENSÃO A – ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	16
4.2	DIMENSÃO B – POLÍTICA DE PESSOAL E DE CARREIRA	22
4.3	DIMENSÃO C – INFRAESTRUTURA PARA ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO	26
4.4	DIMENSÃO D – ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES E EGRESSOS	31
4.5	DIMENSÃO E – FUNÇÃO SOCIAL E PDI	39
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>44</b>
	APÊNDICE A	45
	APÊNDICE B	49

## 1 INTRODUÇÃO

A composição da CPA, tanto a central quanto as locais (em cada *Campus*) possui a representação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada. Sua principal finalidade é conduzir os processos internos de avaliação, de sistematização e de divulgação das informações, tanto à comunidade acadêmica quanto aos órgãos reguladores da educação superior.

Espera-se que os resultados deste trabalho possam contribuir com o processo de organização e gestão institucional, possibilitando o aprimoramento da atuação acadêmica e administrativa, subsidiando o planejamento e as decisões de seus dirigentes.

### 1.1 BREVE HISTÓRICO DAS AUTOAVALIAÇÕES REALIZADAS NO IFRN

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, foi criado nos termos da Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Para efeito da regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o IFRN é equiparado às universidades federais.

Tendo em vista a melhoria da qualidade do Ensino Superior, foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, dentre os quais, a autoavaliação.

O processo de autoavaliação no IFRN, durante os anos de 2009 e 2010, foi conduzido pela Assessoria de Informações Institucionais e a autoavaliação de 2011 ficou sob a responsabilidade de uma CPA provisória. Porém, o processo só foi consolidado com a eleição dos membros da CPA em todos os *Campi* em novembro de 2012, nomeados através das portarias/Reitor IFRN: nº 24/2013- de 07 de janeiro de 2013, nº 151/2013 de 4 de fevereiro de 2013, nº 185/2013 de 8 de fevereiro de 2013 e nº 242 de 22 de fevereiro de 2013. Desde então, foram constituídas as CPAs em cada *Campus* sob a coordenação da CPA Central.

A autoavaliação do ano de 2012 foi realizada utilizando os instrumentos de avaliação elaborados pela Comissão Provisória, que orientou todo o processo, visto

que a nomeação dos novos membros ocorreu muito próxima ao prazo máximo de envio do relatório ao Ministério da Educação – MEC, inviabilizando a apropriação de conhecimentos necessários para a realização desse trabalho pela comissão recém formada. Ainda em decorrência do exíguo tempo, foi necessário utilizar dois sistemas de uso interno do IFRN para a aplicação dos questionários: o sistema Acadêmico, para discentes e docentes, e o Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, para os técnicos-administrativos. Esse fato ocasionou dificuldades, tanto durante a disponibilização dos questionários, bem como, na extração dos dados a serem analisados.

Ao longo do ano de 2013, a CPA Central se reuniu para sistematizar e aprimorar o processo de autoavaliação, mesmo passando por algumas dificuldades para realizar suas reuniões mensais.

Em decorrência da necessidade de modificações no instrumento avaliativo, foi realizado um encontro de formação nos dias 29 e 30 de agosto de 2013 com dois membros de cada CPA local. Durante essa reunião foram abordadas as dificuldades e necessidades das CPAs locais, principalmente no que diz respeito à constituição das comissões de cada *Campus*, visto a rotatividade de servidores contemplados com o remanejamento *intercampi* e a desistência de alguns por constatarem a falta de afinidade com as atribuições da função. No encontro também houve a reelaboração dos questionários a serem aplicados, com a participação de todos, porém, não houve tempo hábil para elaboração dos questionários da sociedade civil organizada, implicando na ausência da participação desse segmento.

A autoavaliação foi realizada através da disponibilização de questionários aos docentes, discentes e técnicos-administrativos dos 16 *Campi* do IFRN existentes à época de aplicação, a saber:

- *Campus* Apodi;
- *Campus* Caicó;
- *Campus* Currais Novos;
- *Campus* de Educação à Distância – EAD;
- *Campus* Ipanguaçu;
- *Campus* João Câmara;
- *Campus* Macau;
- *Campus* Mossoró;

- *Campus* Natal – Central;
- *Campus* Natal – Cidade Alta;
- *Campus* Natal – Zona Norte;
- *Campus* Nova Cruz;
- *Campus* Parnamirim;
- *Campus* Pau dos Ferros;
- *Campus* Santa Cruz;
- *Campus* São Gonçalo do Amarante.

Cada *Campus* contou com a organização de uma Comissão Própria de Avaliação – CPA local, cuja responsabilidade foi a de sistematizar o processo de autoavaliação localmente. A partir dos dados apresentados em cada relatório local, foi elaborado este relatório final, pela CPA Central.

## 2 ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL<sup>1</sup>

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN, Instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Trata-se de uma Instituição de educação básica, profissional, superior, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

Para efeito da regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o IFRN é equiparado às universidades federais. Além da legislação federal específica, a Instituição é regida pelos seguintes instrumentos normativos: Estatuto; Regimento Geral; Regimentos Internos dos Campi e dos demais órgãos componentes de sua estrutura organizacional; Resoluções do Conselho Superior; Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; e Atos da Reitoria.

### 2.1 FUNÇÃO SOCIAL

A função social do IFRN é contribuir com a formação humana integral por meio da educação profissional e tecnológica, articulando trabalho, ciência e cultura, de qualidade socialmente referenciada, comprometida com a produção e socialização de conhecimentos, visando à formação cidadã e a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social.

### 2.2 HISTÓRICO

A compreensão das raízes históricas do IFRN possibilita entender melhor as recentes mudanças e contribui para a definição do perfil institucional, tendo em vista

---

<sup>1</sup> Texto extraído do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Instituição, disponibilizado no endereço: <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>.

sua função social e os princípios orientadores de sua atuação. Criada, inicialmente, pelo Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909, como Escola de Aprendizizes Artífices, essa Instituição, que completa o seu primeiro centenário, passou por diversas mudanças e recebeu várias denominações ao longo do tempo. Instalada, inicialmente, em janeiro de 1910, no prédio do antigo Hospital da Caridade, onde hoje funciona a Casa do Estudante de Natal, a Escola de Aprendizizes Artífices oferecia curso primário de desenho e oficinas de trabalhos manuais. Em 1914, o estabelecimento foi transferido para a Avenida Rio Branco, ocupando, durante cinquenta e três anos, um edifício construído no início do século XX. Mais tarde, ocorreu a mudança de denominação para Liceu Industrial de Natal, orientada pela reforma instituída pela Lei nº. 378 de 13 de janeiro de 1937, do Ministério da Educação e Saúde, a quem estava subordinado desde 1930. Na época, eram oferecidas oficinas de desenho, sapataria, funilaria, marcenaria e alfaiataria.

Designada como Escola Industrial de Natal (EIN), no ano de 1942, após a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, a Instituição transformou as oficinas oferecidas, anteriormente, em cursos básicos de primeiro ciclo, organizados em quatro seções: de Trabalhos de Metal, de Indústria Mecânica, de Eletrotécnica e de Artes Industriais. Ademais, a Escola também estava autorizada a oferecer cursos de mestria para os professores atuantes nessas áreas. Transformadas em autarquia pela Lei Federal de nº. 3.552 de 16 de fevereiro de 1959, todas as Escolas Industriais do Brasil conseguiram autonomia administrativa, didática e financeira, transformando-se em Instituições Federais, destinadas a ministrar cursos técnicos de nível médio. Porém, somente em 1963, a EIN implanta seus primeiros cursos técnicos de nível médio, com as ofertas de Mineração e Estradas. O novo modelo tinha equivalência ao 2º grau, o que permitia a continuidade de estudos no ensino superior para os egressos que assim o desejassem. Em 1965, o Estabelecimento passou a chamar-se Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (EIFRN). Também, nessa década marcante, no dia 11 de março de 1967, ocorreu a inauguração da “nova” Escola Industrial nas recém-construídas instalações do prédio situado à Avenida Salgado Filho, no bairro de Morro Branco, atendendo a uma comunidade escolar de 233 servidores e cerca de 1.100 estudantes.

Na condição de Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), mudança impetrada pela Portaria Ministerial nº. 331 de 16 de junho de 1968, o Conselho de Representantes deliberou a extinção gradativa dos cursos industriais

básicos, passando-se a ministrar somente o ensino profissional de nível técnico. Em consequência, foram criados, entre 1969 e 1973, os cursos técnicos de nível médio em Eletrotécnica, Mecânica, Edificações, Saneamento e Geologia, sob a orientação da Lei 5.692/71, a qual definia a estrutura do ensino de 2º grau, como ensino profissionalizante obrigatório. A partir disso, a ETFRN passou a dedicar-se, exclusivamente, ao ensino técnico profissionalizante de 2º grau. Resultante de um processo de construção coletiva iniciado em 1993, a ETFRN, em 1995, desponta com uma proposta curricular inovadora na perspectiva do ensino integrado.

Reconhecida nacionalmente, a proposta apresenta uma reorganização e/ou substituição das ofertas vigentes, estruturando-as em seis Áreas de Conhecimento: Construção Civil, Eletromecânica, Geologia e Mineração, Informática, Serviços e Tecnologia Ambiental. Não obstante, esse modelo foi desarticulado precocemente, em função da regulamentação da educação profissional brasileira, por meio do Decreto 2.208/97. Essa regulamentação orientou uma série de reformas com implicações in loco, ao instituir a separação formal entre o ensino médio e o ensino técnico, como a regulamentação dos artigos 39 a 42 da LDB (Lei nº. 9.394/96), que tratam da organização e do funcionamento da educação profissional. Com a promulgação da referida Lei, enfatizou-se, pela primeira vez, na história da educação brasileira, diretrizes e regulamentações específicas à EPT (Educação Profissional e Tecnológica). Ainda com referência às determinações do Decreto 2.208/97, coube à ETFRN ministrar, naquela ocasião, o ensino profissionalizante nos níveis básico, técnico e tecnológico e, com resistências, passou a oferecer o ensino médio propedêutico.

Nessa mesma década, houve uma importante iniciativa de interiorização da Educação Profissional ofertada pela ETFRN, com a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró (UNED-Mossoró), cuja inauguração, em 29 de dezembro de 1994, constituiu-se no marco inicial da interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Rio Grande do Norte. Embora tenha se iniciado, pelo Brasil, outro processo de transição das Escolas Técnicas Federais, no ano de 1994, somente, no dia 18 de janeiro de 1999, efetivou-se a mudança de ETFRN para Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN). Decorrente, ainda, das determinações legais do Decreto nº. 2.208/97, bem como das ações inerentes ao Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP, no ano de 1999, materializou-se o Projeto de Reestruturação

Curricular, quando o Estabelecimento passou a atender, além da educação profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, por áreas, formalizou a oferta do ensino médio de forma concomitante. Com a abertura para a oferta dos cursos técnicos subsequentes, houve prejuízos na qualidade dos cursos de nível técnico, como a falta de base científica e tecnológica dos alunos que ingressavam na Instituição, exclusivamente, para a formação profissional. Prejuízos esses ocasionados em função da limitação de caráter metodológico dos cursos, procedente da proposição do MEC.

As problemáticas geradas pela padronização da reforma educativa, no Brasil, motivaram debates e reflexões, fazendo-se necessário repensar o projeto institucional, com o fito de superar a separação imposta e integrar as áreas formativas. Fruto desses embates, ao final do ano de 2003, inicia-se o Redimensionamento do Projeto Político-Pedagógico do CEFET/RN, numa perspectiva de participação e de construção coletiva. Esse quadro foi revertido, de fato, no ano de 2004, à luz do Decreto 5.154/04, com abertura para a possibilidade de oferta do ensino médio integrado aos cursos técnicos, além da oferta de educação profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico. Em face às circunstâncias internas pós-CEFETização e em contraposição às orientações das políticas educacionais de cunho neoliberal implantadas em nosso país, também no ano de 2004, edificou-se um profícuo trabalho de reorientação da ação educacional, sistematizado no “Projeto Político-Pedagógico do CEFET-RN: um documento em construção” (2005). Como principais mudanças curriculares decorrentes do redimensionado Projeto Político-Pedagógico, em 2005, destaca-se o retorno à oferta dos cursos técnicos de nível médio integrado, a organização acadêmica institucional, a reestruturação das ofertas dos cursos técnicos subsequentes, dos cursos superiores de graduação tecnológica e a reestruturação dos cursos superiores de licenciaturas, existentes desde 2002. Nesse mesmo período, ocorreu a uniformização das normas internas, como os regulamentos dos cursos e a Organização Didática, contribuindo, efetivamente, para o funcionamento e para a gestão pedagógica desses níveis.

Doze anos após a implantação da UNED-Mossoró, o Governo Federal consolida, no ano de 2006, em nível nacional, um arrojado plano de expansão da Rede Federal, com características de interiorização da Educação Profissional e Tecnológica para todo o país, ao implantar mais três Unidades de Ensino vinculadas

ao CEFET-RN: as Unidades de Ensino da Zona Norte de Natal, de Ipanguaçu e de Currais Novos, criadas na Fase I da expansão da Rede no Rio Grande do Norte.

Ainda nesse mesmo ano, com o lançamento do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), essa Instituição começou a atuar na educação profissional de nível médio na modalidade de educação de jovens e adultos e na pós-graduação, com cursos lato sensu. Ao completar um século de existência, a Instituição adquire nova configuração, com a transformação em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), nos termos da Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. No início do ano de 2009, com o projeto de expansão em sua Fase II, o IFRN passa a contar com mais seis novos campi, localizados nos municípios de Apodi, Pau dos Ferros, Macau, João Câmara, Santa Cruz e Caicó. Além disso, a Instituição conta ainda com três núcleos avançados, em Parnamirim, Nova Cruz e Cidade Alta, este último em Natal. O Núcleo Avançado da Cidade Alta, localizado no antigo prédio do Liceu Industrial de Natal, na Avenida Rio Branco, amplia a oferta de cursos e constitui-se em uma preservação histórico-cultural da educação profissional centenária no Rio Grande do Norte.

Na política de expansão e reestruturação do Ensino Profissional e Tecnológico do Ministério da Educação, a nova institucionalidade do IFRN concede o papel de atuar, em todo o Estado, oferecendo Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pública, nos diversos níveis e modalidades, tendo como foco desafiador a atuação no ensino, na pesquisa e na extensão, numa perspectiva indissociável.

É inegável que, no decorrer de seus cem anos, a Instituição já se consolidou, quando se trata do ensino de qualidade socialmente referenciada. Entretanto faz-se necessário intensificar políticas e ações focadas na pesquisa e na extensão, como objetivo de se firmar, na mesma proporção, nesses dois outros âmbitos, ampliando, qualitativamente, seu leque de atuação como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Contudo esse novo panorama não deve se configurar em elementos obstaculizadores das demandas institucionais vigentes.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica está pautada na interiorização da educação profissional, com o compromisso de contribuir, significativamente, com o desenvolvimento socioeconômico do país.

Nessa perspectiva, a criação dos Institutos Federais responde à necessidade da institucionalização definitiva da EPT como política pública permanente de Estado. O processo de interiorização da EPT contribui para o combate às desigualdades estruturais de diversas ordens, proporcionando o desenvolvimento social, por meio da formação humana integral dos sujeitos atendidos. Propicia, ainda, o desenvolvimento econômico, a partir da articulação das ofertas educacionais e das ações de pesquisa e de extensão vinculadas aos arranjos produtivos sociais e culturais, com possibilidades de permanência, de emancipação dos cidadãos e de desenvolvimento das diversas regiões do Estado. A partir de uma importante proposta de educação pública de qualidade, de novas definições políticas para a EPT no Brasil, de um estudo dos arranjos produtivos sociais e culturais locais e das condições pedagógicas, o IFRN implanta novos campi como polos especializados em áreas geográficas definidas, estrategicamente, com uma proposta acadêmica de atuação atendendo a todas as mesorregiões do Estado.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de caráter descritivo-exploratória, pois visa gerar conhecimento sobre a opinião de diversos públicos acerca dos serviços do IFRN, gerando subsídios para suas políticas. É também descritiva, pois envolve a classificação, descrição e interpretação dos dados levantados.

O universo de pesquisa é formado por todos os discentes, técnicos e docentes. Os resultados da pesquisa formam uma amostra do tipo acidental voluntária.

Foram elaborados dois questionários diferentes, um para discentes e outro para os servidores (docentes e técnico-administrativos), compostos por questões abertas/subjetivas e fechadas/objetivas (escala de 1 a 5, sendo 1 a opção que demonstra concordância e 5 a que demonstra discordância, além da alternativa 6 demonstrando desconhecimento).

O quadro abaixo demonstra a aplicação dos questionários conforme públicos e dimensões avaliados.

Quadro 1 – Demonstrativo das aplicações do instrumento de pesquisa

<b>Dimensões avaliadas</b>	<b>Nº questões Servidores</b>	<b>Nº questões Alunos</b>
A – Organização, Gestão, Planejamento e Avaliação Institucional	11	-
B – Política de Pessoal e Carreira	7	-
C – Infraestrutura para Ensino e Pesquisa	11	11
D – Ensino, Pesquisa, Extensão e Assistência a Estudantes e Egressos	11	14
E – A Função Social e o PDI	8	-

É importante salientar que o questionário aplicado teve a preocupação de evidenciar a relação entre as questões e as dimensões apontadas, tendo o cuidado de verificar o público a que se destina, considerando-se a área de responsabilidade e autoridade dos sujeitos da pesquisa.

Os questionários foram disponibilizados na forma eletrônica em todos os 16 *campi* existentes à época no IFRN, no período de 02 a 20 de dezembro de 2012, através do SUAP.

Foi realizado um trabalho de sensibilização em todos os *campi* a fim de que os sujeitos percebessem a importância e a necessidade de se comprometer em responder ao questionário.

A análise dos dados foi realizada de acordo com as seguintes abordagens:

- Quantitativa: apoia-se em técnicas diversas como gráficos e estatísticas descritivas aplicadas aos resultados da pesquisa;
- Qualitativa: comentários e análises críticas da CPA, de cunho interpretativo, com base na abordagem quantitativa e nas respostas abertas/subjetivas.

Os parâmetros para análise dos dados das questões objetivas seguem os critérios:

Quadro 2 – Parâmetros para análise dos dados das questões objetivas

Notas	% de respostas	Interpretação
1 e 2	Acima de 50%	Concordância
3,4 e 5	Acima de 40%	Discordância
6	Acima de 15%	Desconhecimento

Esses percentuais foram estabelecidos pelas CPAs, em reunião, considerando que a discordância dos respondentes representada acima de 40% e o desconhecimento acima de 15%, demonstra a necessidade de uma análise mais aprofundada. A escolha da inclusão da nota 3 na interpretação “discordância” incidiu pelo entendimento de que indica a necessidade de melhorias em relação ao item analisado.

Para viabilizar o aproveitamento das respostas abertas/subjetivas na abordagem qualitativa foram adotados os seguintes procedimentos:

- Sorteio aleatório<sup>2</sup> de 30 respostas dentre as disponíveis para uma determinada dimensão e cada público. Caso não existam 30 respostas disponíveis ao todo, selecionam-se todas as respostas;

<sup>2</sup> Para a geração de números aleatórios, acessar o site: <http://sorteiospt.com/numerosAleatorios/>

- Buscou-se a composição de até cinco categorias com base nos temas mais frequentemente abordados nas respostas;
- Quantificaram-se as 30 respostas sorteadas conforme as categorias estabelecidas. As respostas que não se enquadraram em classe alguma deverão ser agrupadas numa categoria denominada “Outras”.

Propõe-se, com esta metodologia, explorar e descrever os resultados pesquisados, com o intuito de identificar os aspectos institucionais mais relevantes segundo a ótica dos respondentes.

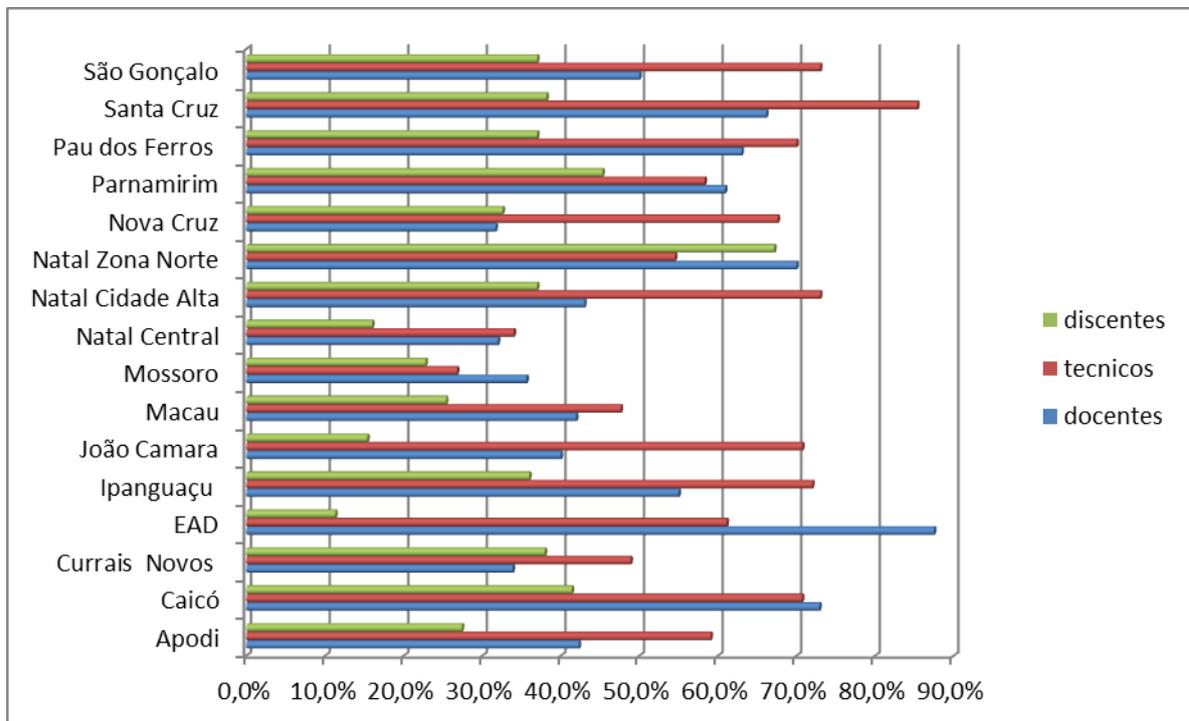
## 4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Foram respondidos um total de 6.081 questionários, sendo 5.007 discentes (em torno de 33,9% do total de matriculados), 571 docentes (46,3% do total dos docentes) e 503 técnicos-administrativos (45,3% do total dos técnicos), conforme quadro abaixo:

Quadro 3 – Demonstrativo dos respondentes, por segmento

Segmento	Total	Respondentes	%
Docentes	1.235	571	46,3%
Técnicos	1.109	503	45,3%
Discentes	14.758	5.007	33,9%

Gráfico 1 - Demonstrativo de respondentes por categoria em cada Campus



Na categoria “docentes”, observa-se que nos *Campi* EAD, Caicó, Natal Zona Norte, Santa Cruz, Ipanguaçu, Pau dos Ferros e Parnamirim houve participação acima de 50%. Pode-se justificar a adesão abaixo de 50% na maioria dos *Campi*

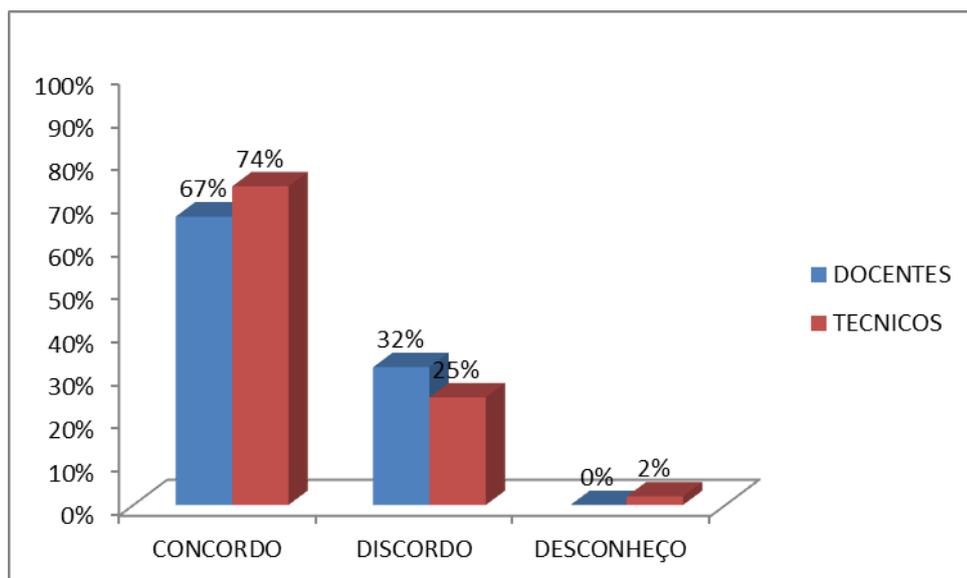
pelo fato de que o SUAP não se constitui como ferramenta rotineira para os docentes.

Corroborando com a afirmação acima, verifica-se que em 12 dos *Campi* o quantitativo de respondentes referentes a técnico-administrativos representa mais de 50% da categoria. Pois a ferramenta utilizada para a coleta dos dados é de uso cotidiano por parte destes.

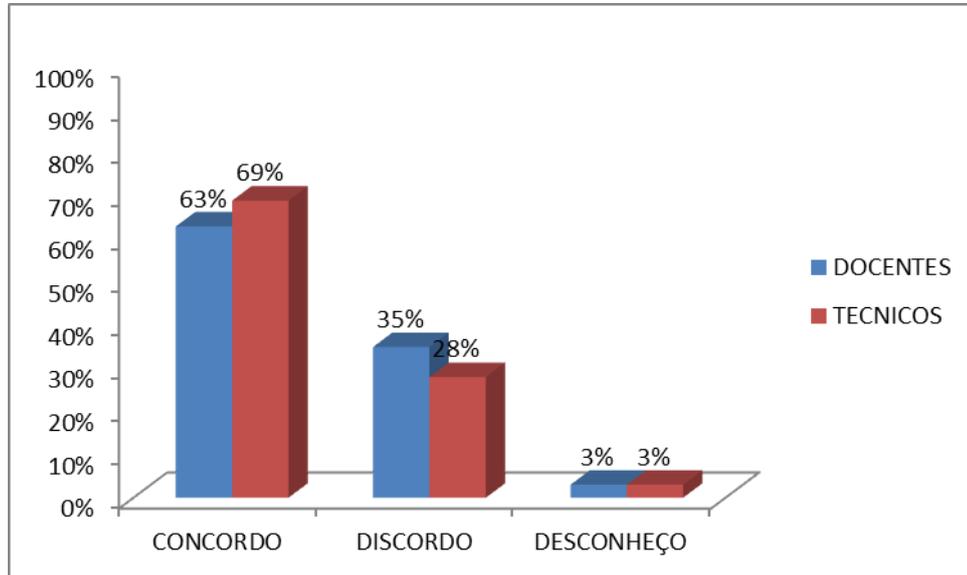
Com relação aos alunos, um dos fatores para a baixa adesão à avaliação pode ser relativo ao fato destes não utilizarem o SUAP constantemente, tendo até mesmo esquecido sua senha de acesso, dificultando assim a participação.

#### 4.1 DIMENSÃO A – ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

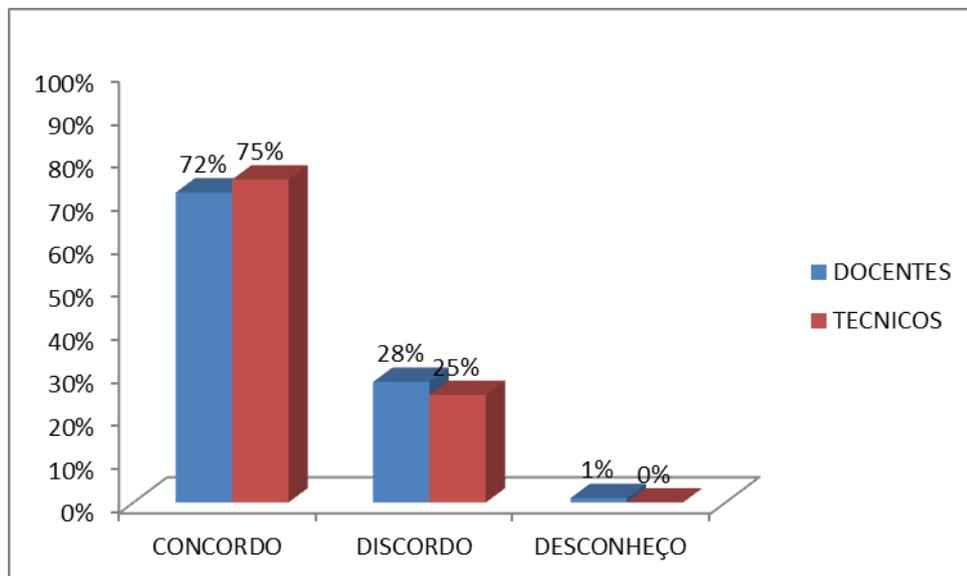
1. A estrutura organizacional do *Campus* possibilita a realização das atividades profissionais que você desenvolve.



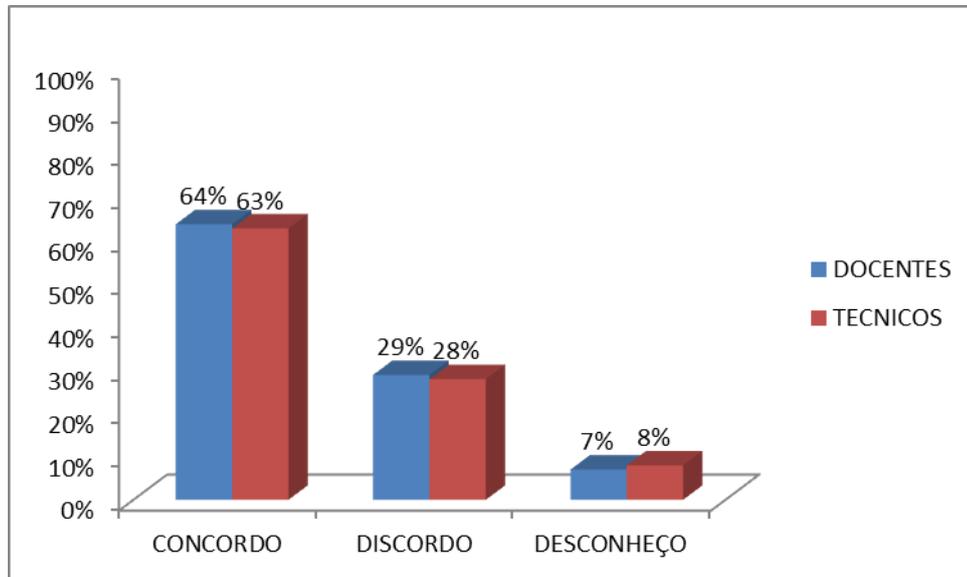
2. As ações da gestão em relação à estrutura organizacional, execução dos projetos institucionais e cumprimentos dos objetivos, no seu *Campus*, são coerentes e transparentes.



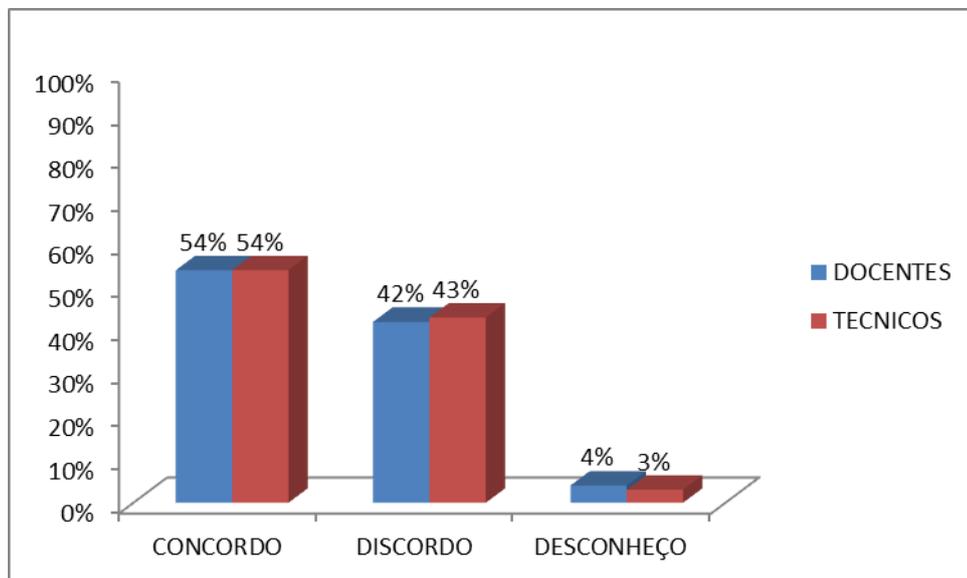
3. O relacionamento profissional, ético e interpessoal entre gestores, coordenadores e servidores proporciona o desenvolvimento das atividades dos técnicos-administrativos do *Campus*.



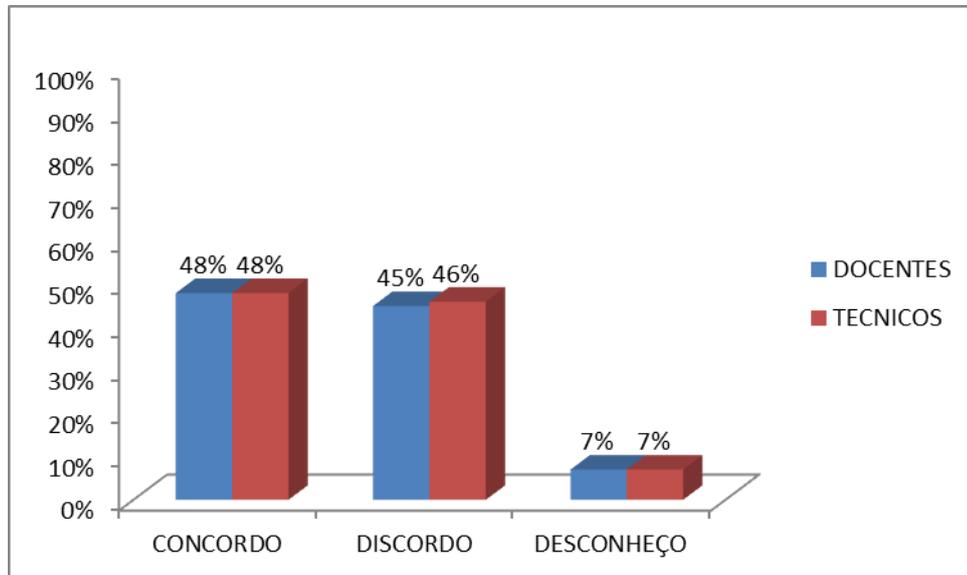
4. As instâncias de 'apoio' são efetivas na participação da gestão do seu *Campus*.



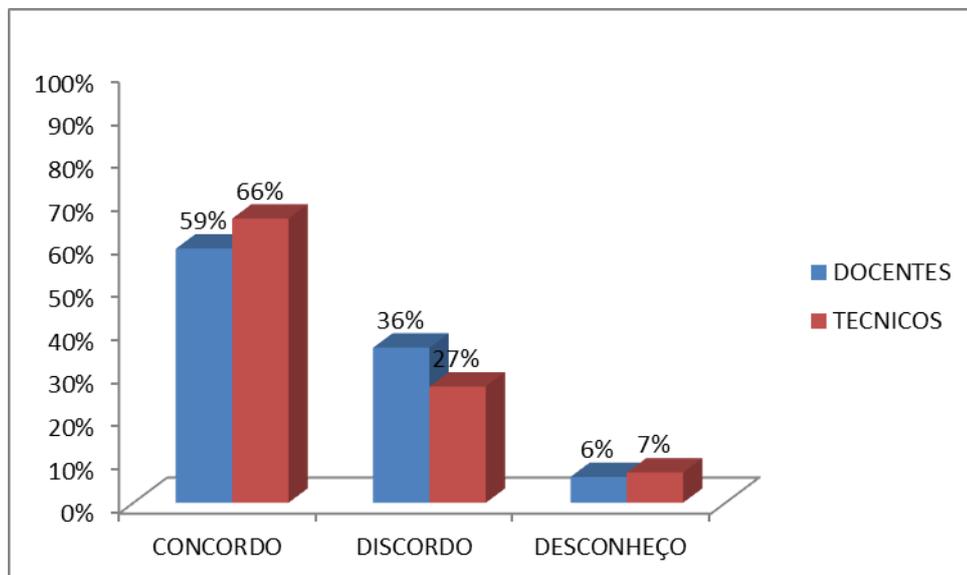
5. Possui conhecimento dos principais documentos 'normativos'.



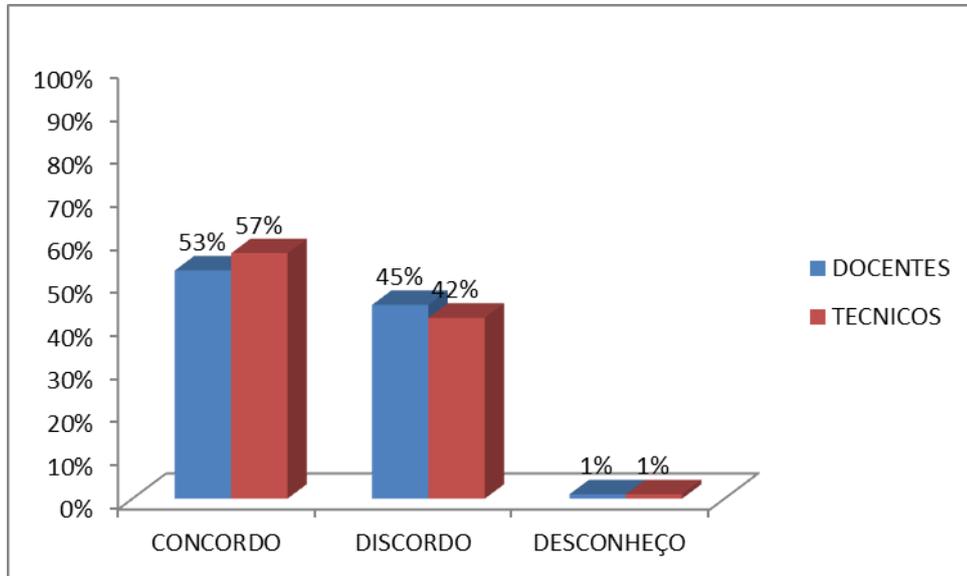
6. O planejamento estratégico do seu *Campus* tem sido eficaz para antecipação de problemas e proposição de soluções.



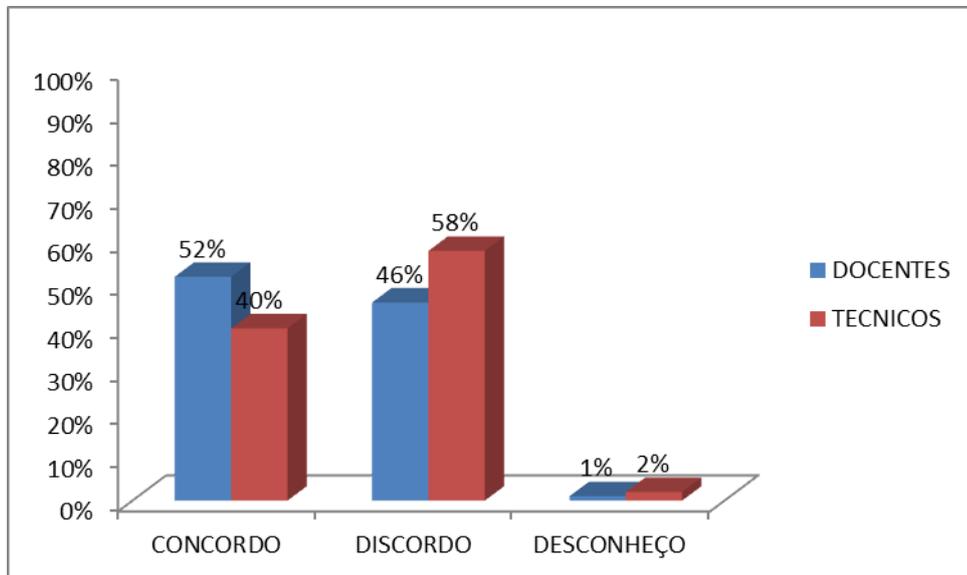
7. O planejamento geral do seu *Campus* é flexível às adequações de acordo com necessidades surgidas no decorrer da execução das ações.



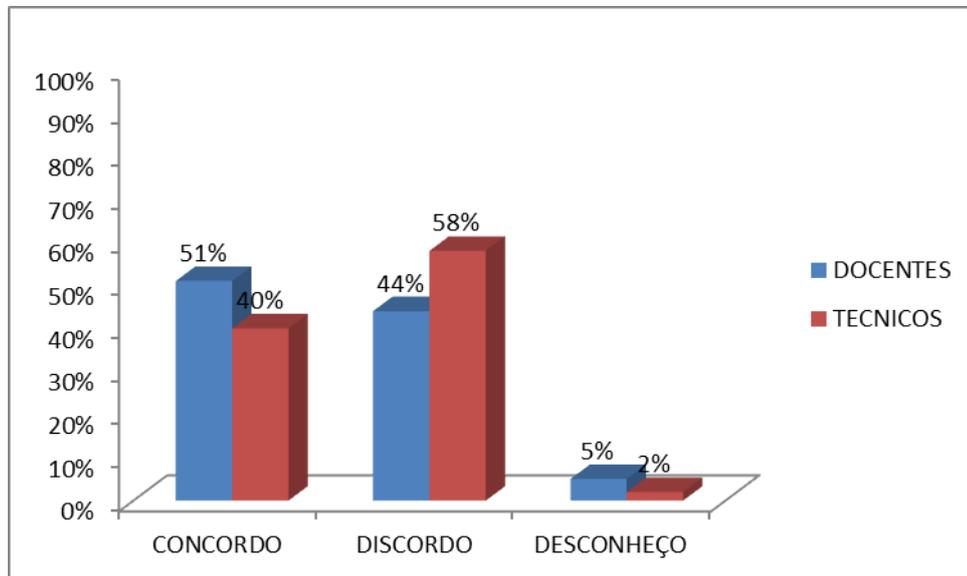
8. A comunicação interna no *Campus* contribui para a interação e eficiência administrativa.



9. O serviço de segurança no *Campus* é satisfatório.



10. Os procedimentos de avaliação institucional são eficientes para a identificação de problemas e reorganização de novas ações.



Os maiores índices de concordância ocorreram nas questões 1, 2, 3 e 4, referentes aos seguintes temas: estrutura organizacional do *Campus*, coerência e transparência das ações da gestão, relacionamento entre a equipe gestora e servidores, efetivação do funcionamento das instâncias de apoio como forma de participação na gestão. Entretanto, verifica-se que após a análise das respostas subjetivas, alguns respondentes relatam a necessidade de oportunizar maior participação da comunidade acadêmica nas decisões da gestão.

Os técnicos discordam das questões 9 e 10, que tratam da satisfação com o serviço de segurança nos *Campi* (tema recorrente em avaliações anteriores) e eficiência dos procedimentos de avaliação institucional para a identificação de problemas e reorganização de novas ações. Porém os docentes tiveram opiniões divididas com relação a essas temáticas. Nas respostas discursivas, ambas as categorias de servidores relataram insatisfação com a segurança nos *Campi*, alguns sugeriram a implantação de um sistema de controle de acesso Institucional. Na categoria docente, evidencia-se insatisfação quanto ao processo avaliativo realizado no IFRN, visto que os resultados não estão sendo suficientemente divulgados, tampouco utilizados no replanejamento das ações institucionais.

Nas questões 5 (conhecimento dos documentos normativos) e 8 (contribuição da comunicação interna para a interação e eficiência administrativa), houve uma

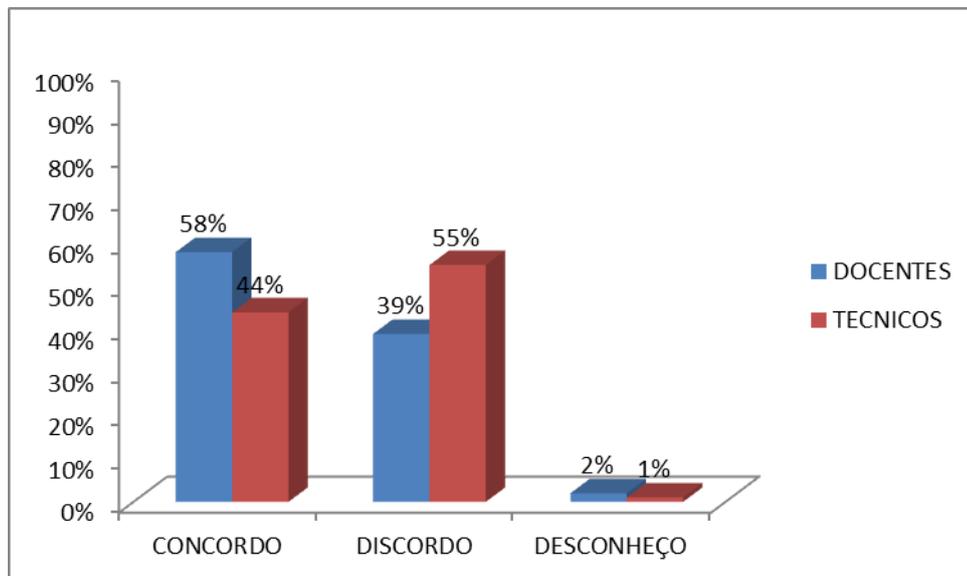
divisão de opiniões quanto à concordância e discordância entre as duas categorias analisadas na dimensão, não sendo possível precisar qual a posição dos respondentes a respeito desses temas. No entanto, os docentes foram contundentes nas respostas discursivas quanto à ineficiência da comunicação interna nos *Campi*.

Assim, identificam-se necessidades de melhorias nos seguintes aspectos:

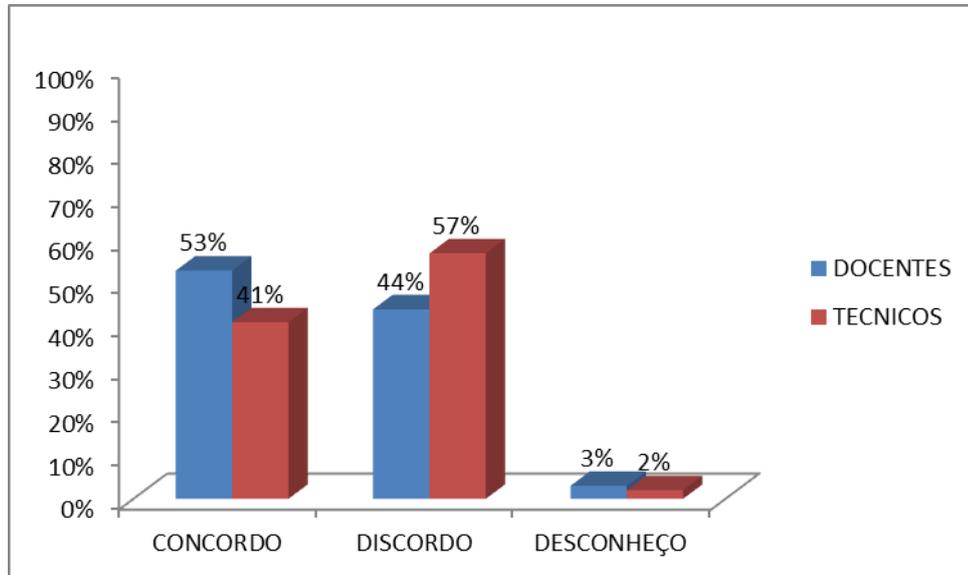
- gestão participativa;
- serviço de segurança;
- divulgação dos resultados da Autoavaliação Institucional;
- utilização dos dados da Autoavaliação no planejamento;
- comunicação interna.

#### 4.2 DIMENSÃO B – POLÍTICA DE PESSOAL E DE CARREIRA

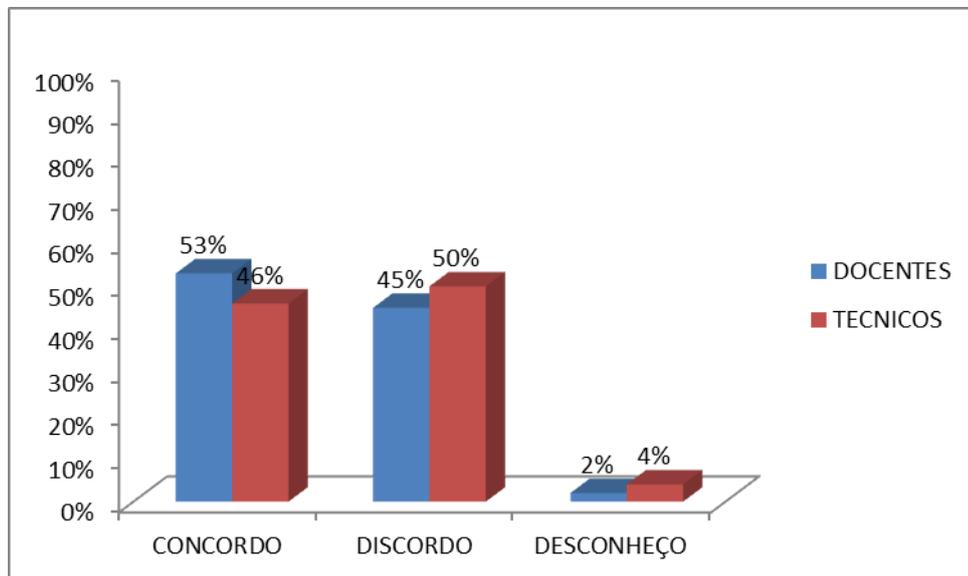
1. A política de Pessoal e de Carreira do IFRN atende às necessidades dos servidores.



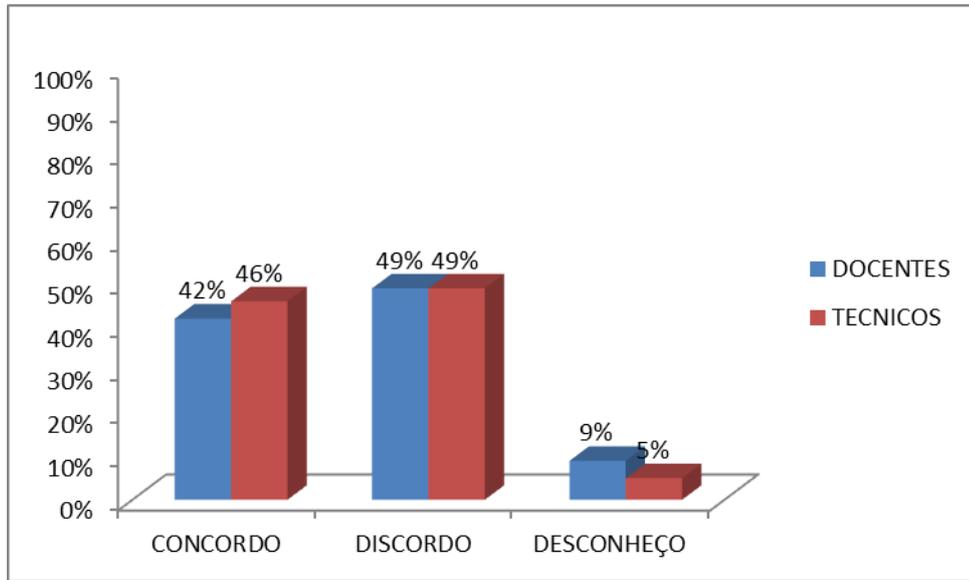
2. A política de capacitação/qualificação da Instituição para os servidores é adequada.



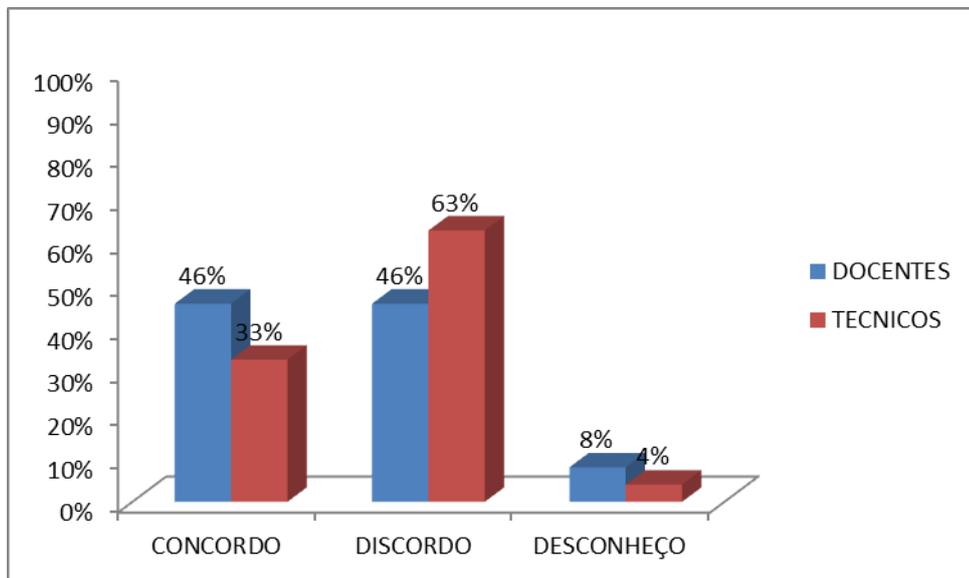
3. O incentivo/auxílio à participação em eventos científicos/técnicos/culturais, à capacitação (formação continuada) e à qualificação acadêmica do *Campus* são satisfatórios para o desenvolvimento de suas atividades.



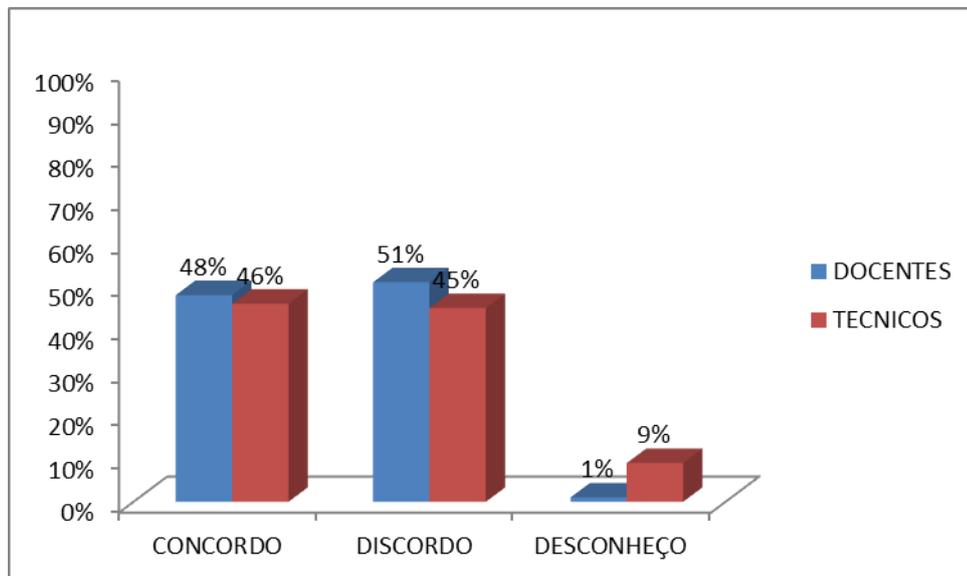
4. O instrumento de avaliação de desempenho funcional é adequado.



5. A política de assistência e melhoria da qualidade de vida dos servidores do Campus é satisfatória.



6. As reuniões pedagógicas, administrativas e de grupos constituem-se como espaço formativo para os servidores.



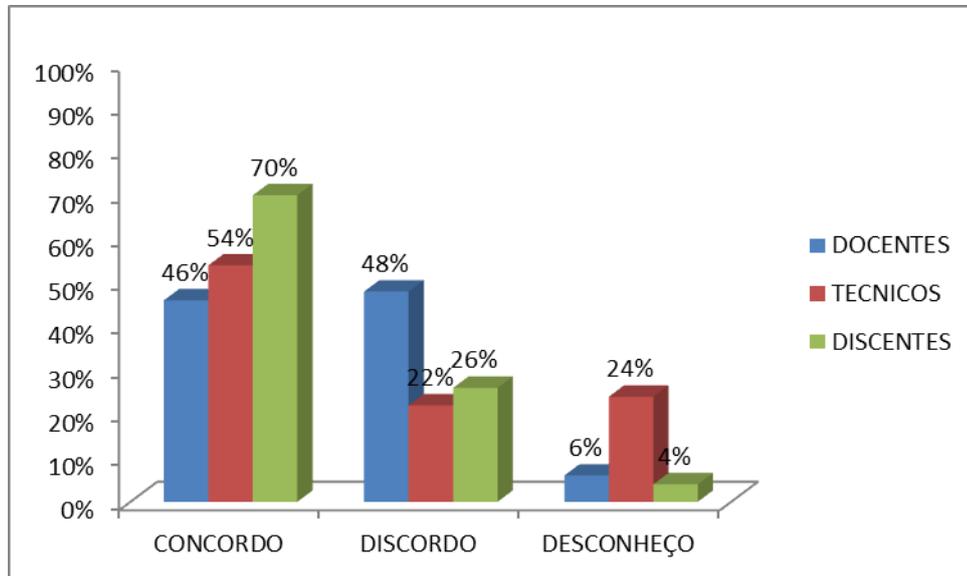
Os docentes concordaram com a questão 1, que remete à política de Pessoal e de Carreira do IFRN. Com relação à discordância, destacaram-se as questões 4, 5 e 6, que tratam do instrumento de avaliação de desempenho funcional, da política de assistência e melhoria da qualidade de vida e das reuniões dos servidores.

As questões 2 (política de capacitação/qualificação) e 3 (incentivo/auxílio à capacitação e à qualificação) apresentaram divisão de opiniões de concordância e discordância entre os docentes.

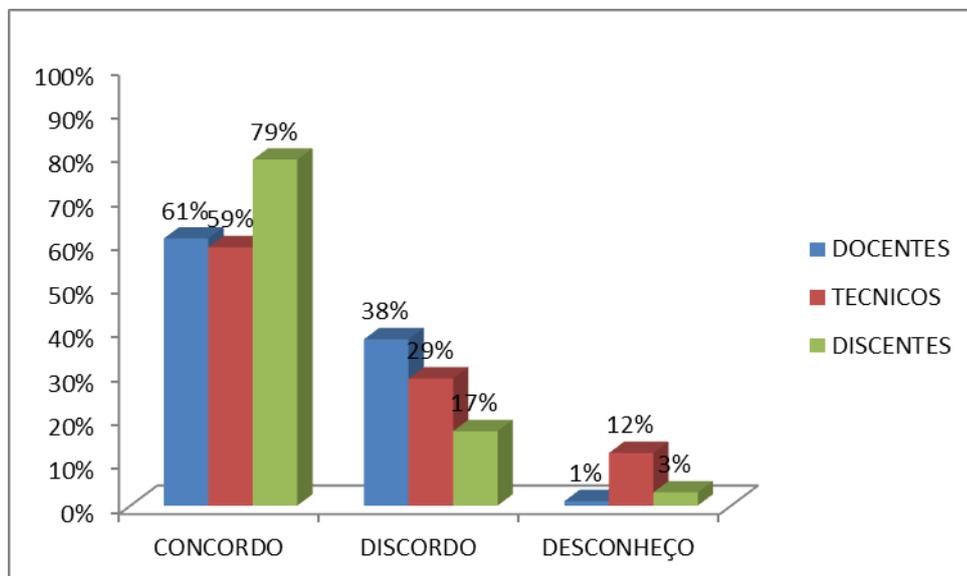
Nessa dimensão, os técnicos discordaram de todas as afirmações do questionário. Nas respostas discursivas, os docentes se referiram à inadequação do instrumento de avaliação de desempenho funcional. Verificam-se críticas e sugestões por parte das duas categorias no que diz respeito à política de capacitação, política de qualidade de vida e reuniões enquanto espaço formativo. Destaca-se que este último tema é recorrente na Autoavaliação Institucional 2012. Evidencia-se a necessidade de melhorias nos aspectos mencionados.

#### 4.3 DIMENSÃO C – INFRAESTRUTURA PARA ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

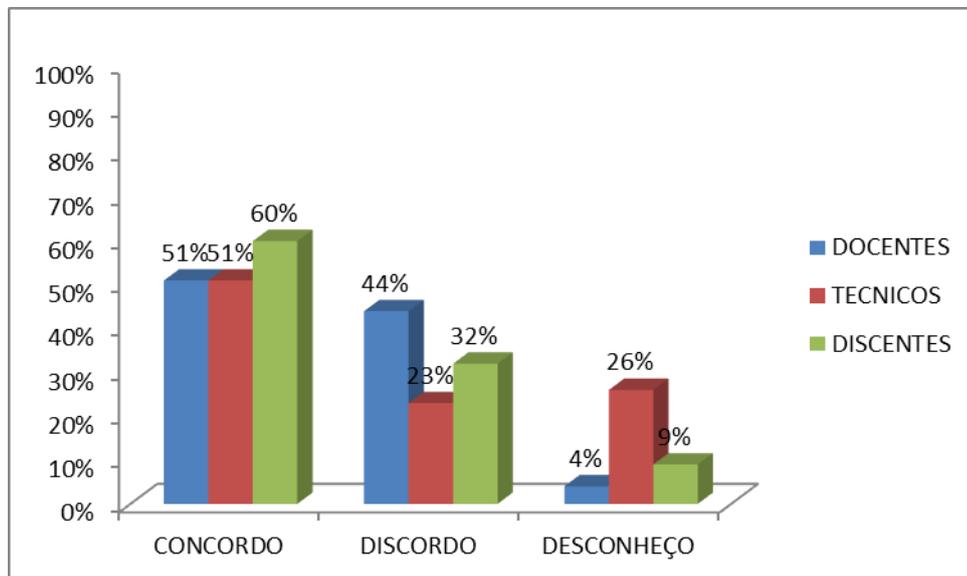
1. Os laboratórios do *Campus*, aos quais tenho acesso, dispõem de instalações e equipamentos adequados às atividades de ensino, pesquisa e extensão.



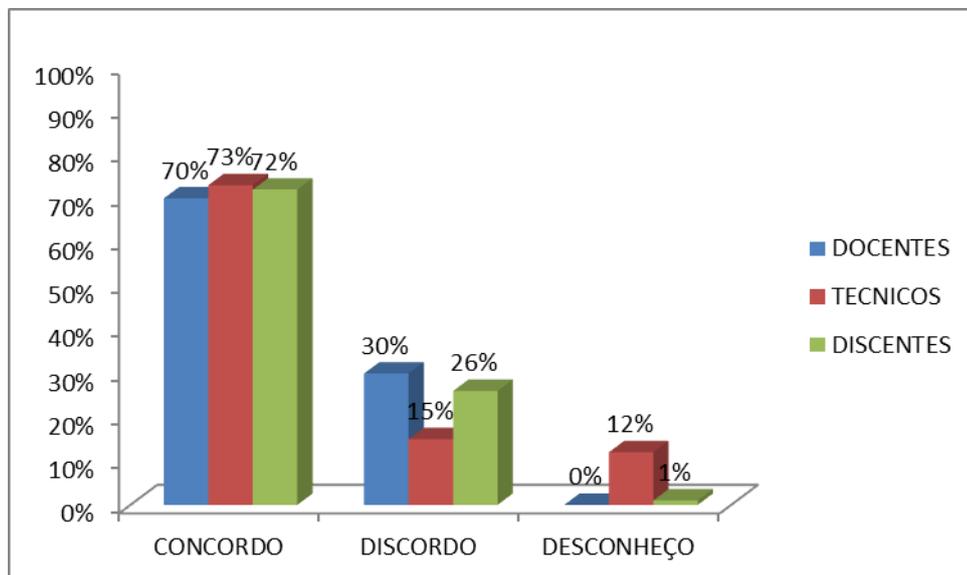
2. A biblioteca do *Campus* dispõe de 'instalações', equipamentos adequados e ambientes de estudos individuais e em grupo.



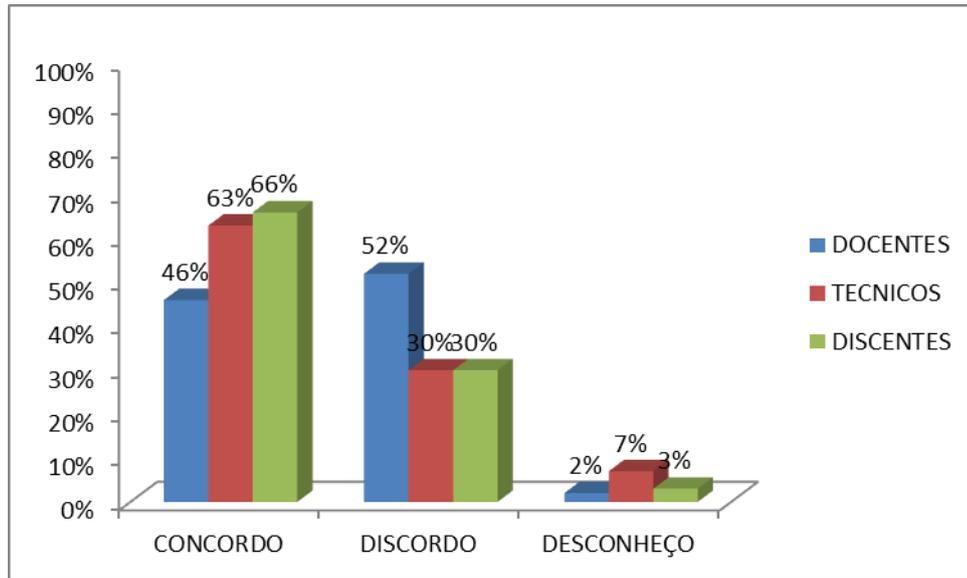
3. A biblioteca do *Campus* possui um 'acervo' atualizado, em coerência com os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e em quantidade satisfatória para o desenvolvimento dos cursos.



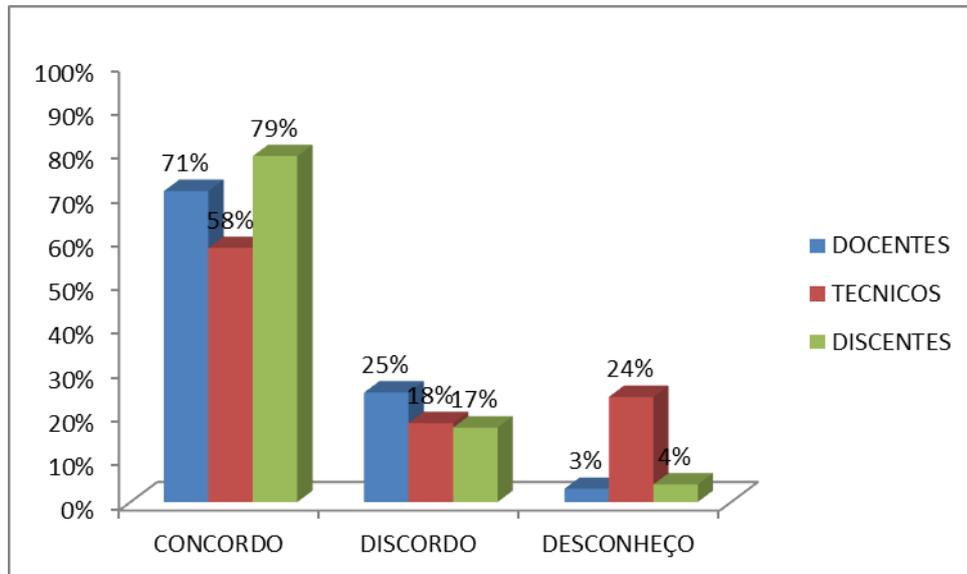
4. As salas de aula dispõem de instalações e 'equipamentos' que atendem às necessidades dos professores e alunos.



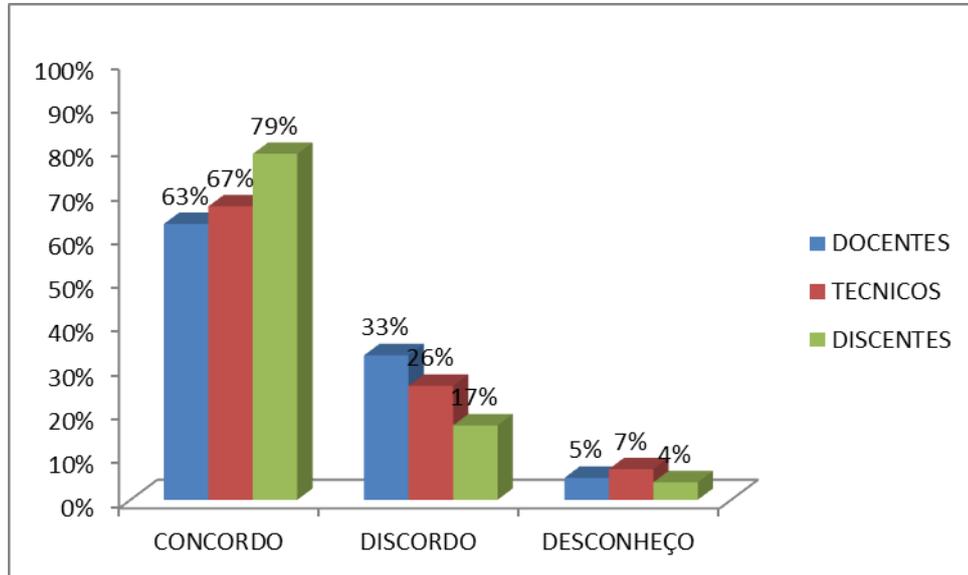
5. A infraestrutura de 'informática' atende às necessidades diárias do *Campus*.



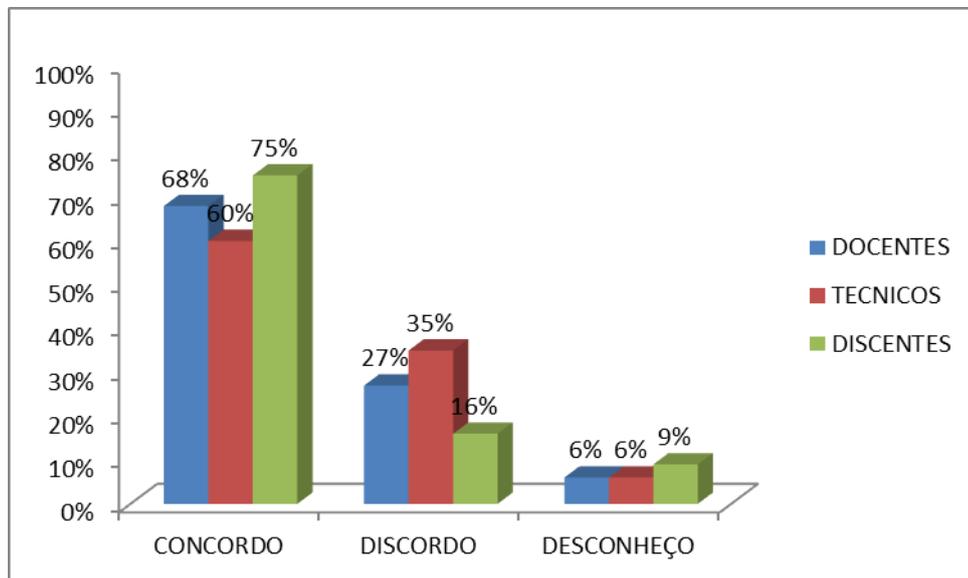
6. A qualificação do quadro docente do *Campus* está coerente com as ações desenvolvidas quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão.



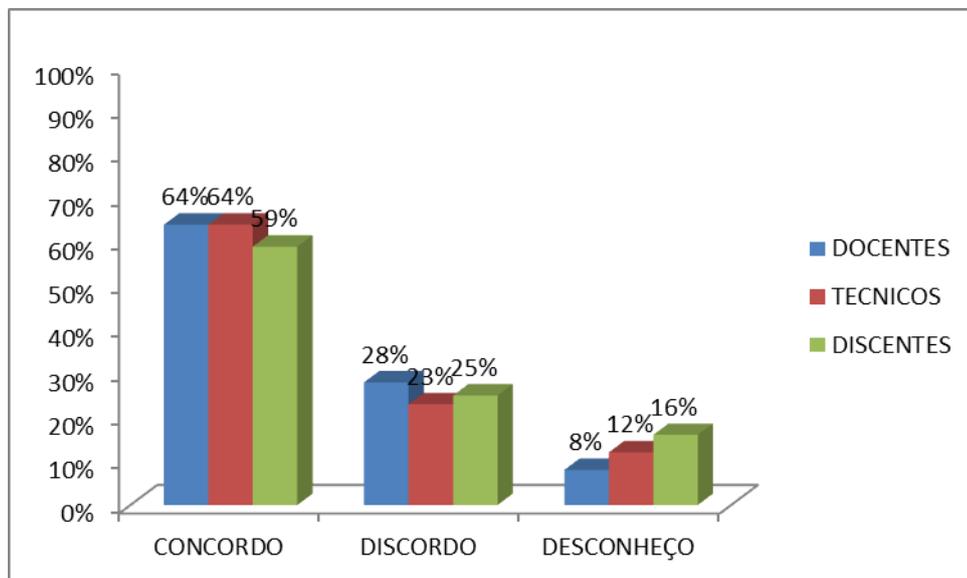
7. O quadro de técnicos-administrativos é qualificado para apoiar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão do *Campus*.



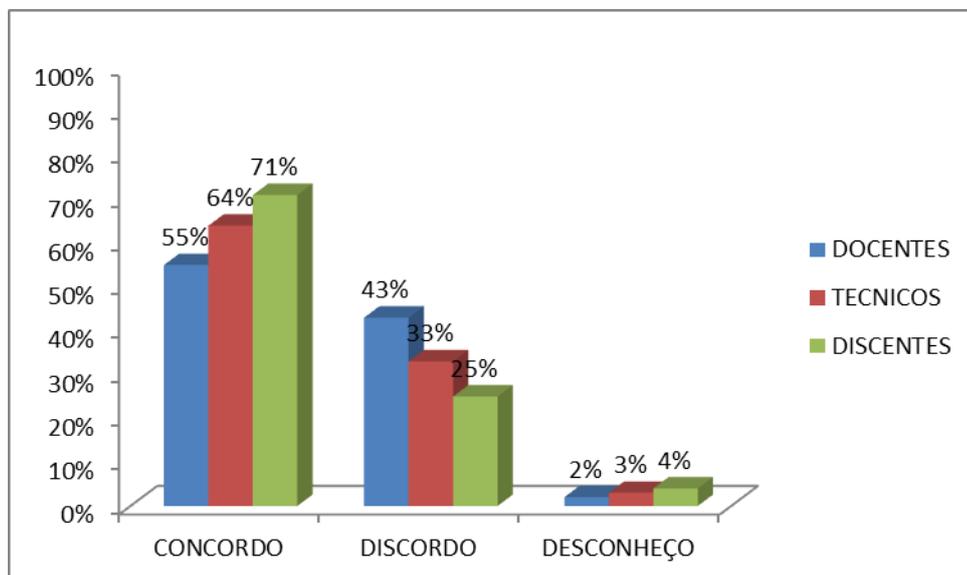
8. O quadro de pessoal terceirizado atende às necessidades do *Campus*.



9. O *Campus* disponibiliza uma boa estrutura de transporte para viagens a serviço, visitas técnicas e aulas de campo.



10. O serviço de manutenção da infraestrutura é eficiente e contribui para o bom funcionamento do *Campus*.



Pode-se constatar que houve concordância por parte das três categorias nas questões que tratam das instalações e equipamentos da biblioteca e das salas de aula, além das questões concernentes à qualificação do quadro de docentes, técnicos e pessoal terceirizado. Entretanto, nas respostas discursivas, uma parte dos docentes se referiram à necessidade de ampliação do quadro de técnicos-administrativos, já alguns servidores técnicos consideraram importante aumentar o quadro de pessoal terceirizado.

Os docentes discordaram das questões referentes à infraestrutura de informática e às instalações e equipamentos dos laboratórios.

Destacou-se a quantidade de técnicos que desconhecem o acervo da Biblioteca, as instalações e equipamentos dos laboratórios e a qualificação do quadro docente.

Nas questões objetivas, os alunos concordaram com a adequação das instalações de laboratórios, mas nas respostas discursivas queixaram-se dessas instalações e da falta de equipamentos, além da quantidade reduzida de aulas práticas.

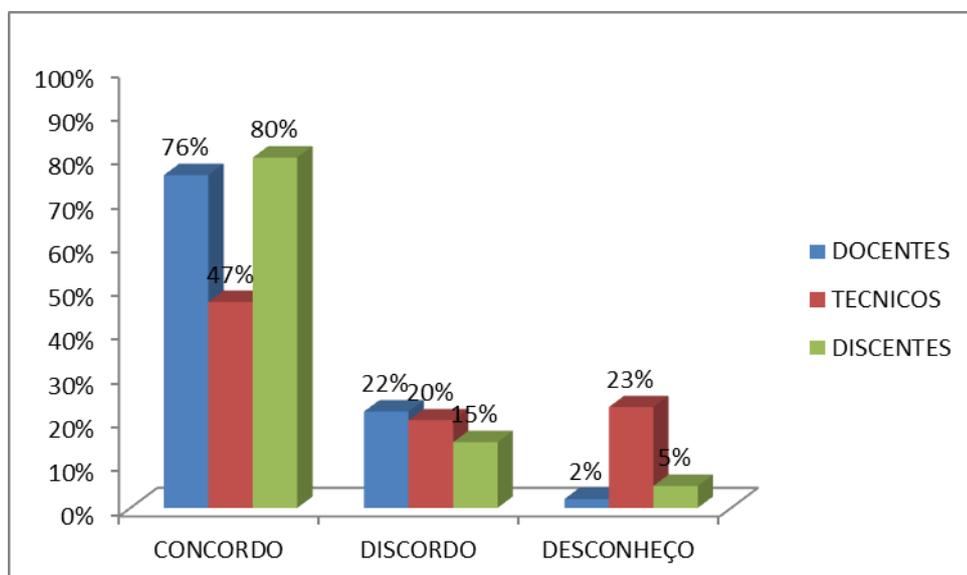
As respostas discursivas das três categorias respondentes apontam enfaticamente a precária manutenção da infraestrutura em geral e do serviço de Internet, cuja ineficiência já foi evidenciada pelos docentes na Autoavaliação de 2012.

Diante dos resultados apontados nessa dimensão, verifica-se a necessidade de melhorias nos aspectos abaixo:

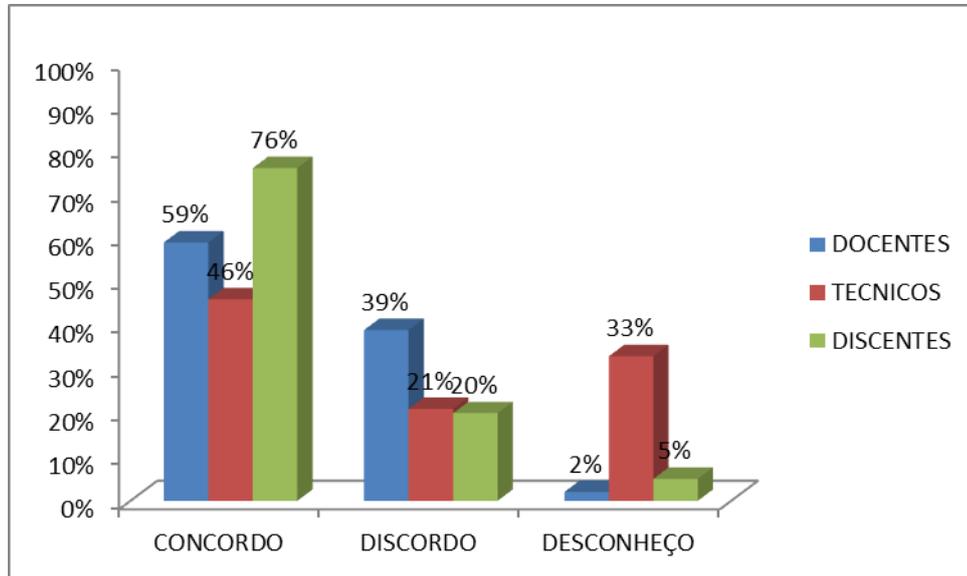
- instalações e equipamentos dos laboratórios;
- manutenção da infraestrutura;
- serviço de Internet.

#### 4.4 DIMENSÃO D – ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES E EGRESSOS

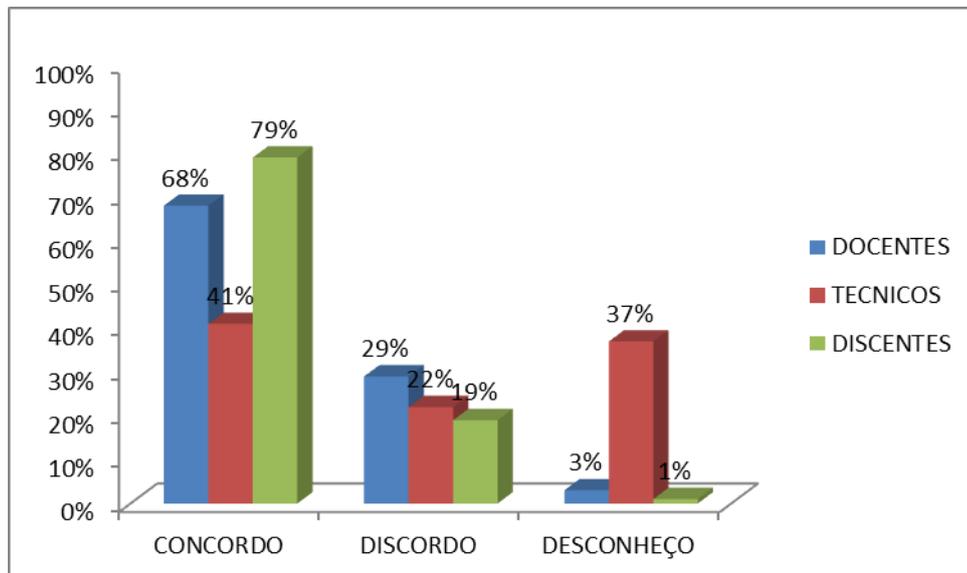
1. A prática pedagógica 'docente' relativa ao ensino contribui para a educação 'integrada' oferecida pela instituição.



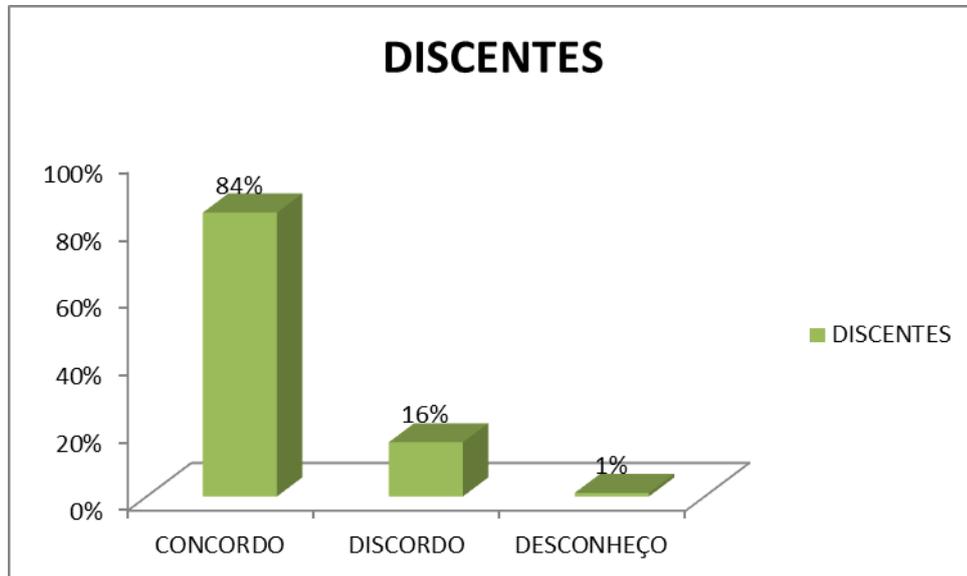
2. O acompanhamento 'pedagógico' desenvolvido no *Campus* contribui para o desenvolvimento curricular e a aprendizagem do estudante.



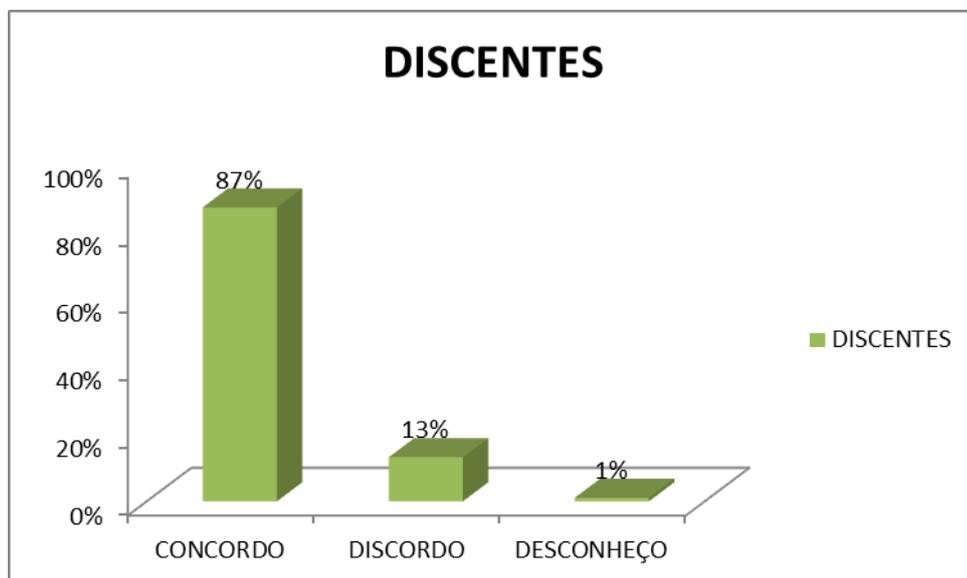
3. Os procedimentos de avaliação do estudante e de acompanhamento das atividades acadêmicas podem ser considerados como adequados.



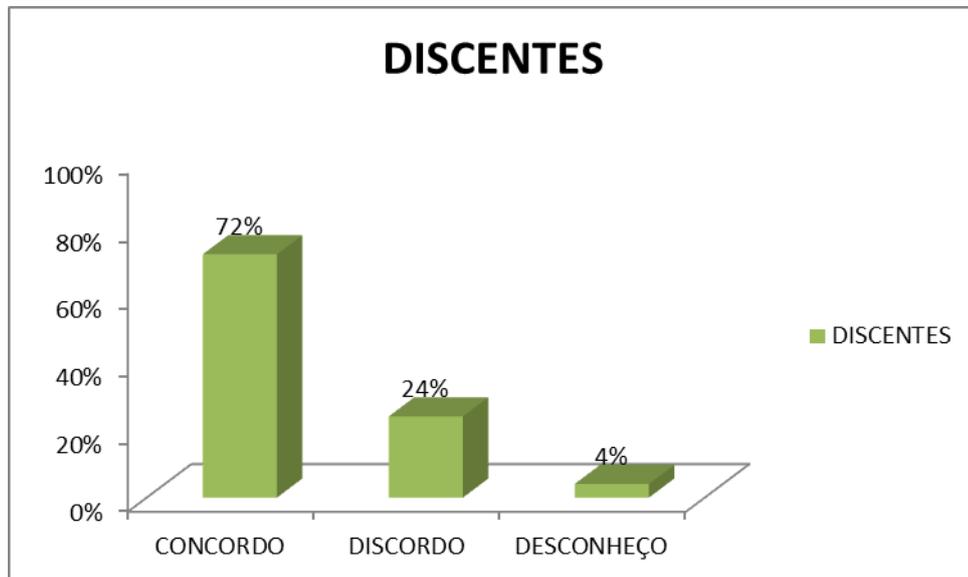
4. A relação professor-aluno no *Campus* do qual faço parte facilita o processo de ensino-aprendizagem. (alunos)



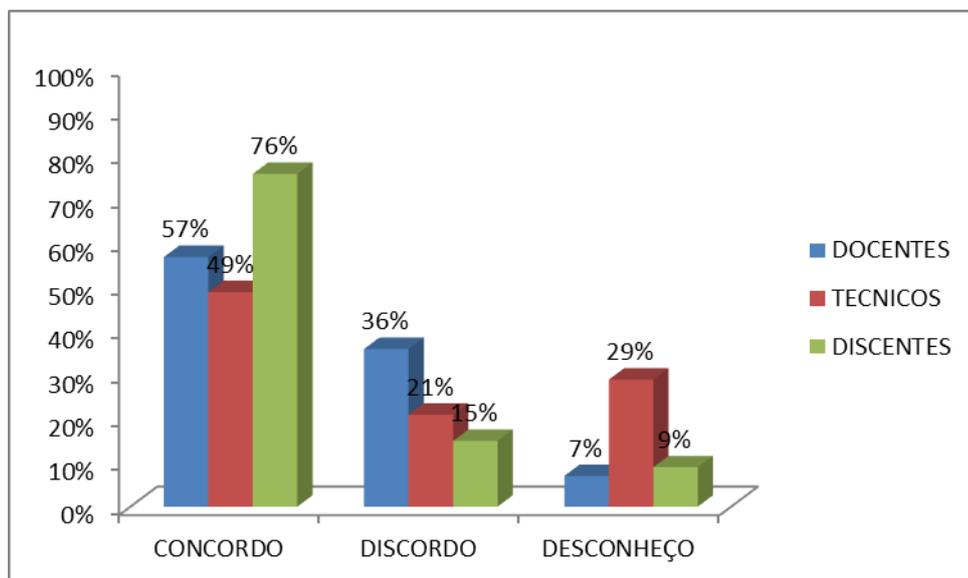
5. Os cursos oferecidos pela instituição permitem uma boa qualificação profissional. (alunos).



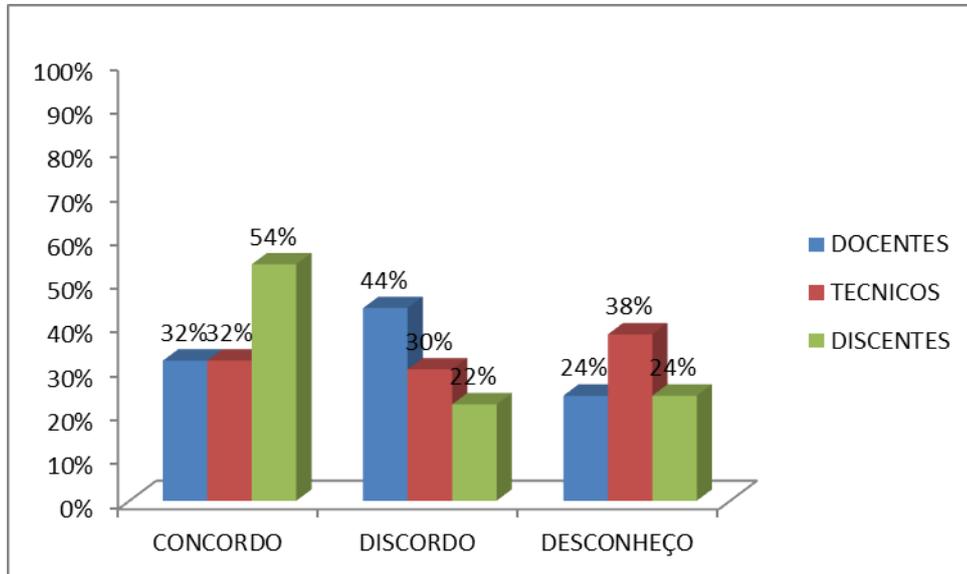
6. A comunicação interna no *Campus* contribui para o conhecimento das atividades desenvolvidas no IFRN. (alunos).



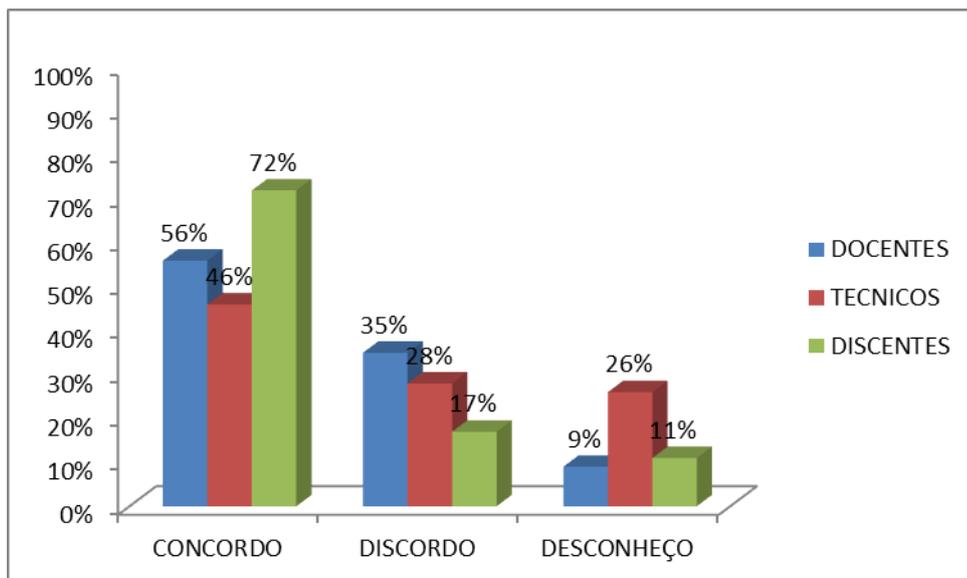
7. Os programas do IFRN relativos à pesquisa e 'inovação' favorecem a qualidade da formação do estudante e o desenvolvimento institucional.



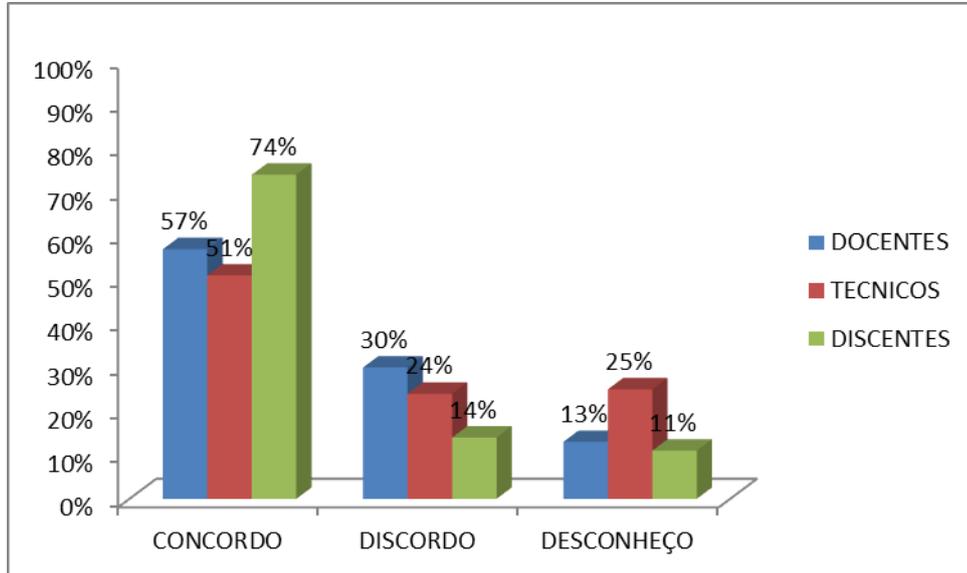
8. As ações de 'parcerias' firmadas no seu *Campus* com o setor produtivo público e privado, e outras iniciativas de 'empreendedorismo' são eficientes.



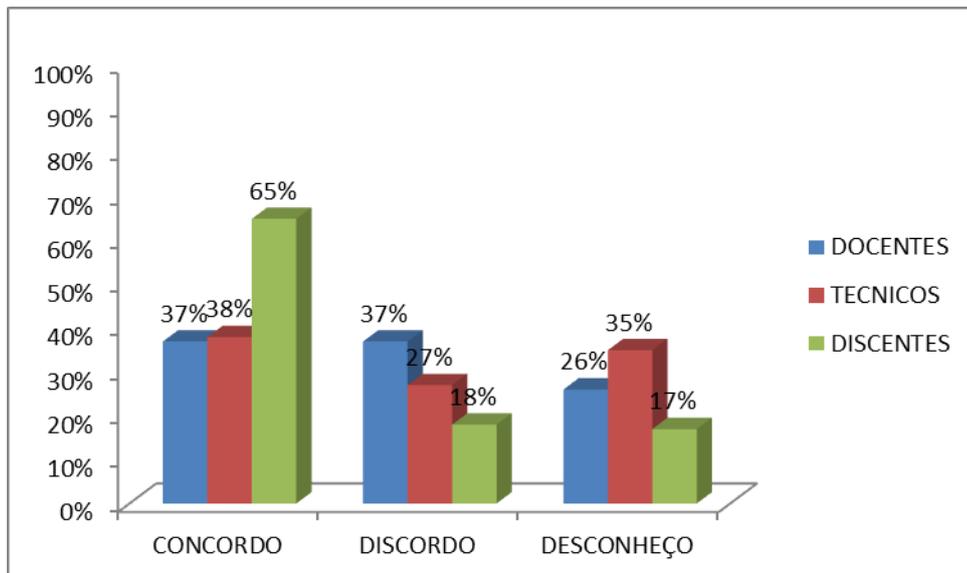
9. As atividades de extensão desenvolvidas pelo *Campus* propiciam a transferência de conhecimento e tecnologia para a comunidade em termos sociais, artísticos, culturais, desportivos, prestação de serviços e cooperação técnica.



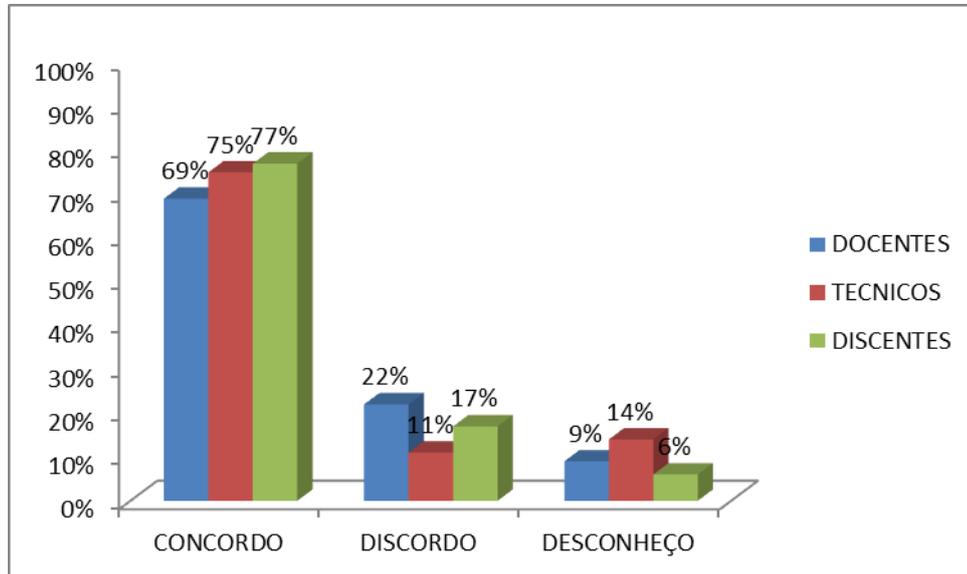
10. As ações de estágio e prática profissional contribuem efetivamente para a formação do estudante e para a articulação entre a teoria e a prática.



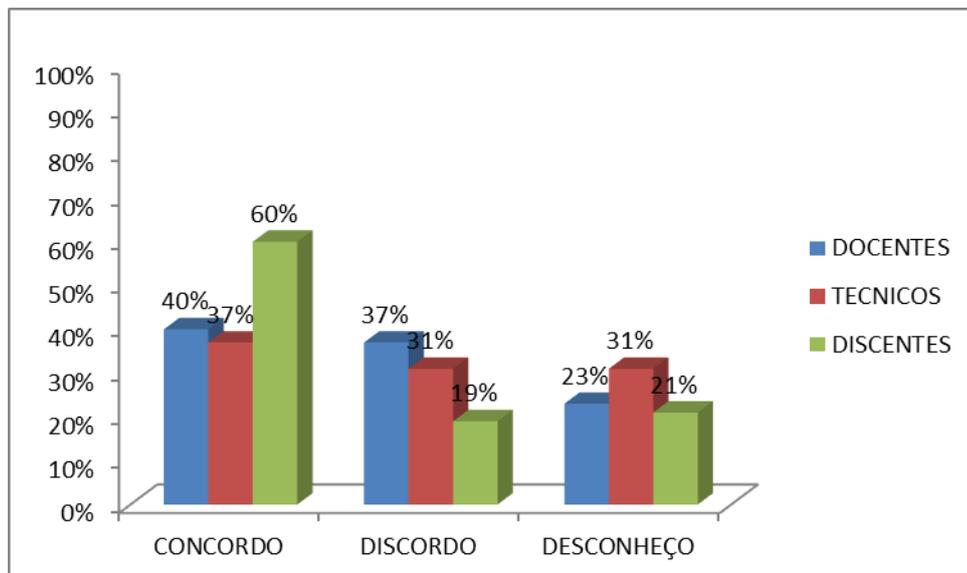
11. O programa de estágio e o acompanhamento de egressos do *Campus* tem oportunizado a inserção dos estudantes no mundo do trabalho.



12. Os programas de assistência 'estudantil' do *Campus* contribuem para a permanência e êxito do estudante.



13. As ações de inclusão e de acessibilidade para os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades / superdotação são satisfatórias no seu *Campus*.



A maioria dos respondentes das três categorias concorda que os programas de assistência estudantil do *Campus* contribuem para a permanência e êxito do

estudante, o que é reforçado nas respostas discursivas, visto que muitos respondentes sugerem a ampliação desses programas.

As questões 4, 5 e 6, que remetem à comunicação interna, relação professor-aluno e oferta de cursos no IFRN (aplicadas exclusivamente aos alunos) obtiveram elevado índice de concordância.

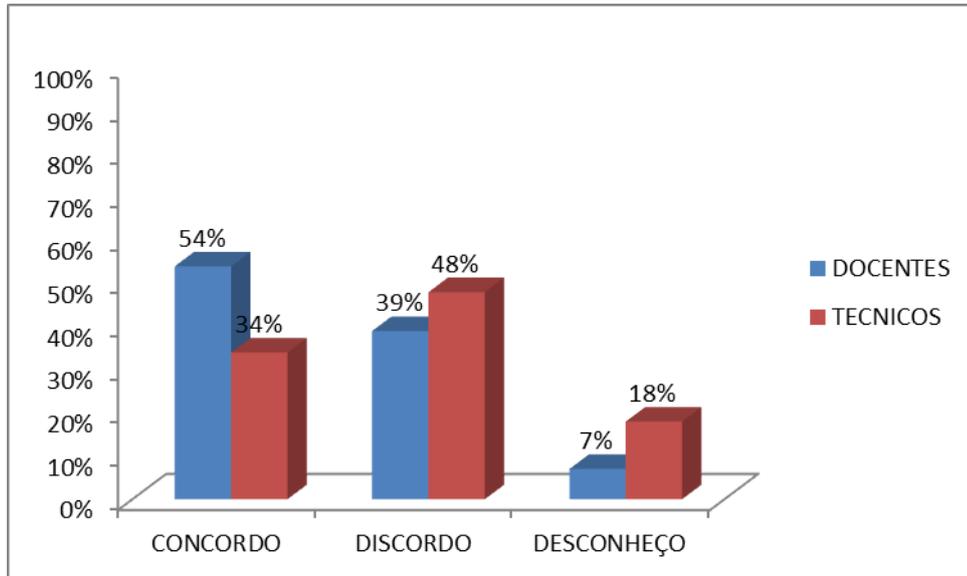
Docentes e discentes concordam no que diz respeito aos temas centrais abordados nas questões 1, 2, 3, 7, 9 e 10: prática pedagógica, acompanhamento pedagógico, procedimentos de avaliação do estudante, programas do IFRN relativos à pesquisa e inovação, atividades de extensão, ações de estágio e prática profissional. De outra forma, os técnicos revelam um elevado índice de desconhecimento nesses itens, provavelmente pelo fato de suas atividades cotidianas não estar relacionada aos assuntos tratados.

Houve um nível alto de desconhecimento entre as três categorias sobre as ações de parcerias e iniciativas de empreendedorismo, programas de estágio e o acompanhamento de egressos e as ações de inclusão e de acessibilidade para os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades / superdotação. Nas questões discursivas, a acessibilidade é restrita apenas aos aspectos físicos, corroborando a falta de conhecimento dos respondentes quanto a essa temática.

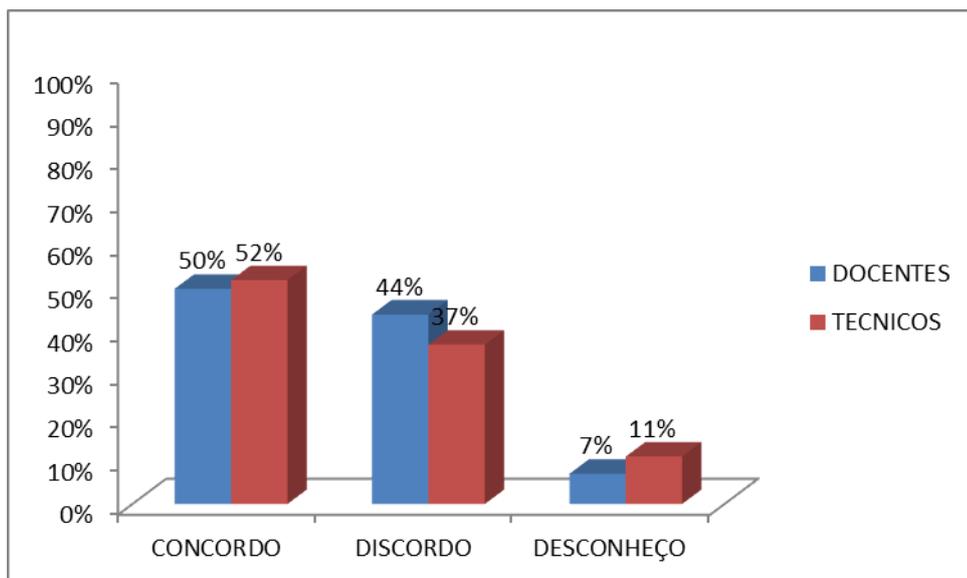
O desconhecimento sobre as ações de parcerias, programas de estágio e acompanhamento de egressos está presente nas respostas discursivas, apontando a necessidade de ampla divulgação dessas atividades. O desconhecimento do acompanhamento de egressos por parte de discentes e técnicos foi também abordado no relatório de Autoavaliação de 2012.

#### 4.5 DIMENSÃO E – FUNÇÃO SOCIAL E PDI

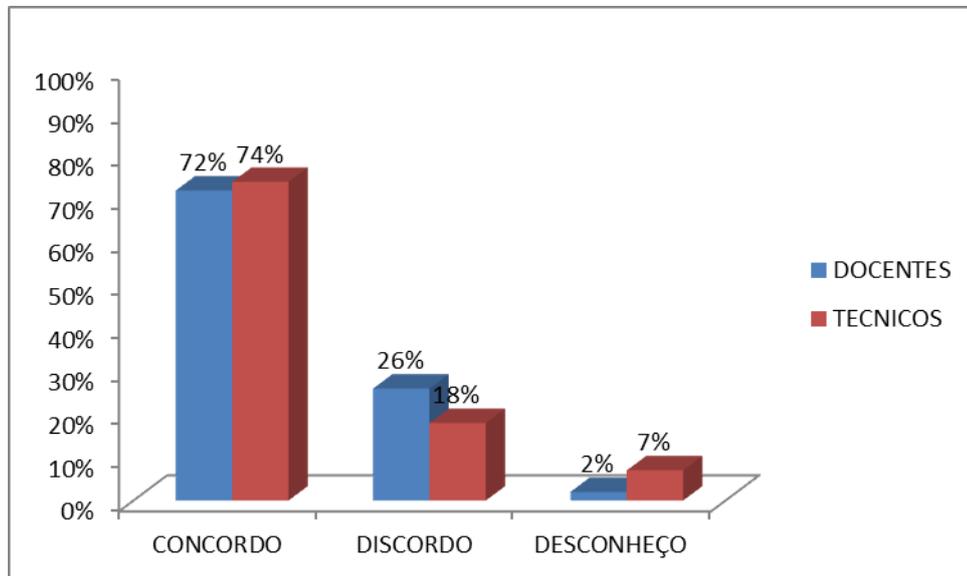
1. Posso conhecimento dos principais documentos institucionais que definem a função social do IFRN: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Político Pedagógico (PPP).



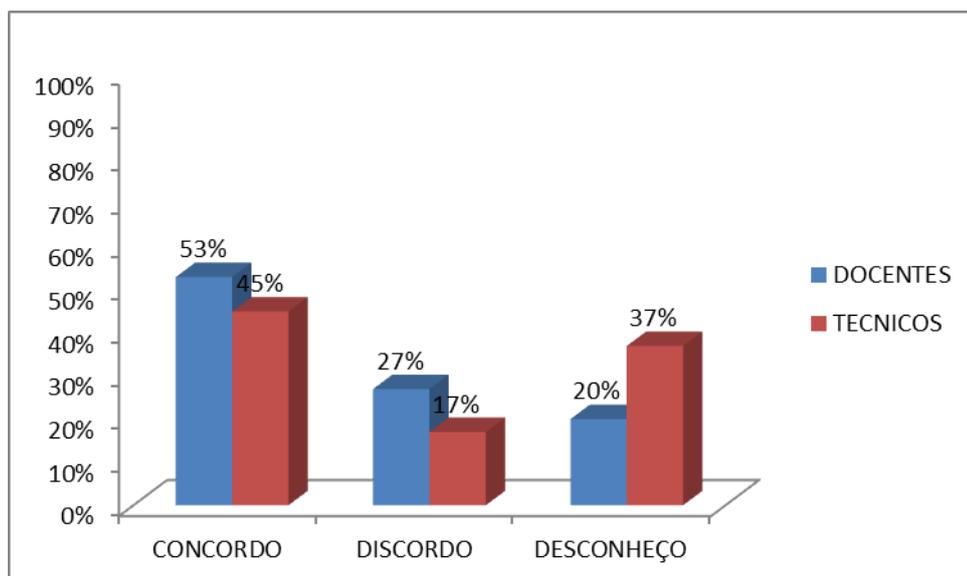
2. A comunicação do IFRN com a comunidade externa atende à ampla divulgação de informações sobre o ensino, a extensão, a pesquisa e inovação, bem como a existência de mecanismos de transparência institucional e o atendimento ao público.



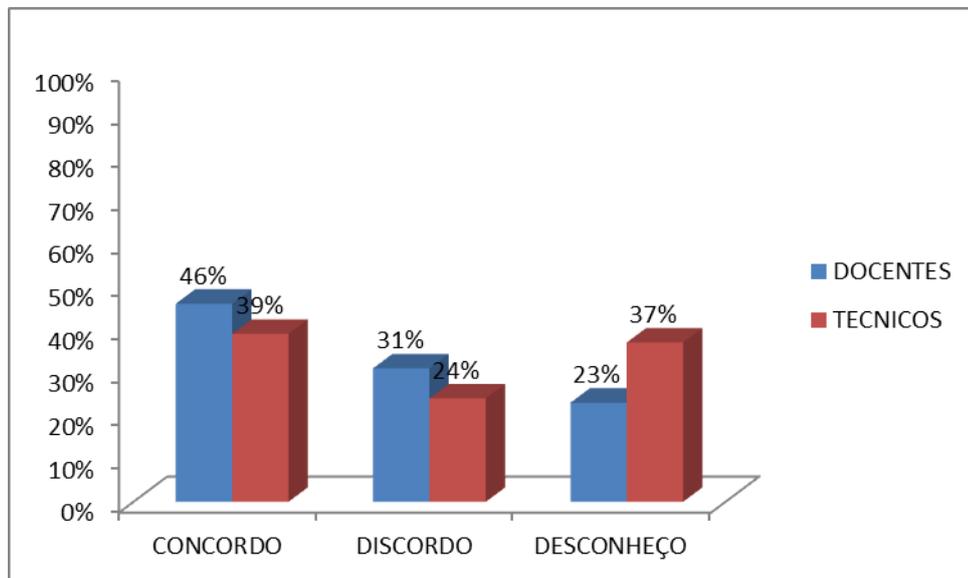
3. A prática educativa do IFRN cumpre sua função social, articulando ciência, cultura, trabalho e tecnologia, comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento.



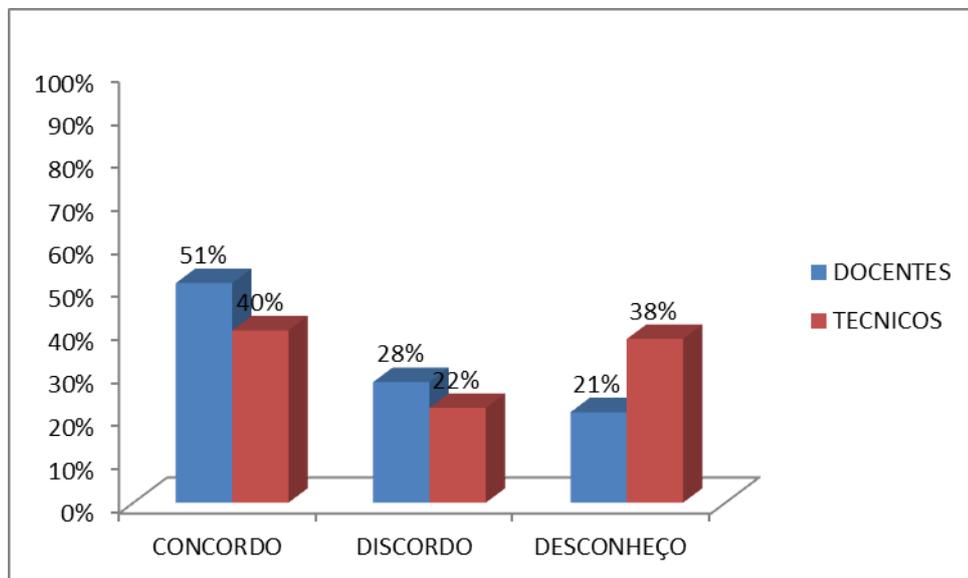
4. As ações do seu *Campus* relativas à inclusão 'social' e ao desenvolvimento 'socioeconômico' são coerentes com o estabelecido no PDI e no PPP.



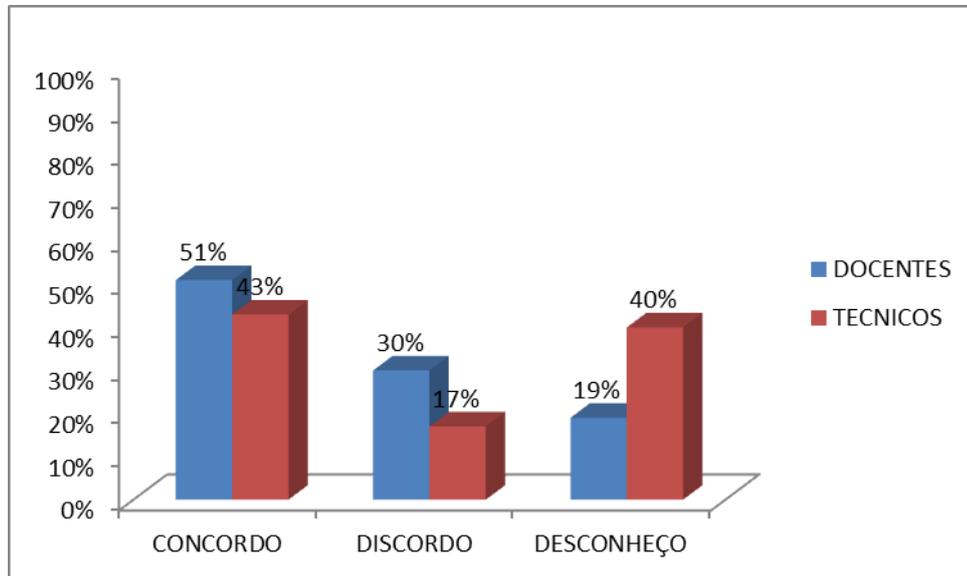
5. As ações do seu *Campus* relativas ao meio 'ambiente' são coerentes com o estabelecido no PDI e no PPP.



6. As ações do seu *Campus* relativas à 'cultura' são coerentes com o estabelecido no PDI e no PPP.



7. As atividades de ensino, de extensão e de pesquisa e inovação no seu *Campus* são coerentes com o estabelecido no PDI e PPP.



Evidenciou-se na questão sobre os principais documentos institucionais que os docentes afirmam conhecer o PDI e o PPP, enquanto os técnicos afirmam desconhecê-los. Essa situação pode ser devida à constante ampliação do quadro de servidores, resultado da expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica.

Esse quadro de desconhecimento dos técnicos quanto aos documentos institucionais já havia surgido no relatório de Autoavaliação de 2012, o que sugere a necessidade de uma ação efetiva para divulgá-los no âmbito interno da instituição. Nas respostas subjetivas ambas as categorias sugerem a promoção de seminários para a apresentação dos documentos e elaboração de cartilhas contendo as principais informações institucionais.

Com relação à temática da questão 2 acerca da comunicação do IFRN com a comunidade externa, os docentes apontaram que essa comunicação não atende à exigência de ampla divulgação e transparência, enquanto os técnicos tiveram a opinião contrária. Possivelmente, essa divergência se deve à natureza da atividade laboral de cada segmento, visto que os técnicos em geral possuem acesso cotidiano a essas informações em sua mesa de trabalho.

As duas categorias de servidores concordam que a prática educativa do IFRN cumpre sua função social, temática abordada na questão 3. Já com relação à

questão 5, foi ressaltado o desconhecimento das duas categorias sobre a coerência das ações do *Campus* relativas ao meio ambiente.

Nas questões que dizem respeito à coerência das ações do *Campus* quanto à inclusão social e desenvolvimento socioeconômico (questão 4), à cultura (questão 6) e às atividades de ensino, de extensão e de pesquisa e inovação (questão 7), os docentes revelaram uma paridade entre as opções “concordo” e “desconheço”. Foi significativo o elevado grau de desconhecimento dos técnicos com relação a essas mesmas questões.

Nas respostas subjetivas, os docentes remetem à falta de amparo à pesquisa, já os técnicos se referem às atividades da extensão com relação à falta de divulgação dos cursos.

Perante as respostas mencionadas nessa dimensão, constata-se a necessidade de melhorias nos seguintes aspectos:

- Divulgação do PDI e PPP na instituição;
- Reforço nas ações de comunicação do IFRN com a sociedade;
- Maior apoio às atividades de pesquisa e extensão.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CPA considera que no ano de 2013, período de referência deste relatório, desempenhou sua função junto à instituição, mantendo-se ativa, concentrada no seu fortalecimento junto à comunidade acadêmica de forma transparente e disposta a cooperar na busca por mecanismos de superação das fragilidades visualizadas.

Mesmo diante dos esforços empreendidos, a quantidade de respondentes por segmento permaneceu praticamente inalterável com relação à autoavaliação do ano de 2012. Uma das razões que contribuiu para a manutenção do número de respondentes foi a pouca ou nenhuma divulgação dos resultados da autoavaliação do ano passado em alguns *Campi*. Acredita-se que esse fato desestimule a participação, pois não há um retorno do que foi avaliado na perspectiva da busca de mudanças. Sabe-se que por si só a avaliação não estabelece melhorias, ela deve provocar e motivar ações elaboradas a partir do diagnóstico. Torna-se necessário acompanhar a implementação de tais ações, visando superar as dificuldades apontadas e estimular os aspectos apontados como satisfatórios.

Deve-se mencionar que o PPP do IFRN será avaliado no ano de 2014, conforme previsto no documento base (2012). Da mesma forma, o PDI será revisado, visto que já se passaram 5 anos da sua formulação. Esta é uma oportunidade para a comunidade acadêmica conhecer e se apropriar do conteúdo do documento e dos resultados desta autoavaliação, a fim de sugerir as modificações necessárias. Além disso, a instituição pode aproveitar para divulgar e debater com a comunidade acadêmica tais documentos, de modo que na próxima avaliação institucional o índice de desconhecimento do PPP e do PDI possa ser reduzido.

Este trabalho deve ser utilizado como um instrumento de auxílio em ações que promovam o desenvolvimento da instituição. A divulgação e discussão dos resultados com gestores e comunidade acadêmica são primordiais. Espera-se que os resultados possam contribuir com o processo de organização e gestão, possibilitando o aprimoramento da atuação acadêmico-administrativo e subsidiando a dinâmica organizacional dos gestores.

## APÊNDICE A – Questionário disponibilizado aos servidores

### **DIMENSÃO A - ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

1. A estrutura organizacional do *Campus* permite a realização efetiva das atividades profissionais que você desenvolve.
2. As ações da gestão em relação à estrutura organizacional, execução dos projetos institucionais e cumprimentos dos objetivos, no seu *Campus*, são coerentes e transparentes.
3. O relacionamento profissional, ético e interpessoal entre gestores, coordenadores e servidores favorece o desenvolvimento das atividades do *Campus*.
4. As instâncias de apoio ao funcionamento da Instituição\* [conselhos, colegiados, comissões, reuniões administrativas e pedagógicas] são efetivas na participação da gestão do seu *Campus*.
5. Possuo conhecimento dos principais documentos normativos\*. [estatuto; regimento geral; regimento interno do *Campus*; organização didática]
6. O planejamento estratégico do seu *Campus* tem sido eficaz para antecipação de problemas e proposição de soluções.
7. O planejamento estratégico do seu *Campus* é participativo e flexível às adequações de acordo com necessidades surgidas no decorrer da execução das ações.
8. A comunicação interna no *Campus* contribui para a interação e eficiência administrativa.
9. O serviço de segurança no *Campus* é satisfatório.
10. Os procedimentos de avaliação institucional são eficientes para a identificação de problemas e reorganização de novas ações.
11. Caso considere oportuno, deixe aqui alguma(s) crítica(s) e/ou sugestão(ões) acerca dos aspectos avaliados nesta dimensão.

### **DIMENSÃO B – POLÍTICA DE PESSOAL E DE CARREIRA**

1. A política de Pessoal e de Carreira do IFRN atende às necessidades dos servidores.
2. A política de capacitação/qualificação da Instituição para os servidores é adequada.

3. O incentivo/auxílio à participação em eventos científicos/técnicos/culturais, à capacitação (formação continuada) e à qualificação acadêmica do *Campus* são satisfatórios para o desenvolvimento de suas atividades.
4. O instrumento de avaliação de desempenho funcional é adequado.
5. A política de assistência e melhoria da qualidade de vida dos servidores do *Campus* é satisfatória.
6. As reuniões pedagógicas, administrativas e de grupos constituem-se como espaço formativo para os servidores.
7. Caso considere oportuno, deixe aqui alguma(s) crítica(s) e/ou sugestão(ões) acerca dos aspectos avaliados nesta dimensão.

### **DIMENSÃO C - INFRAESTRUTURA PARA ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO**

1. Os laboratórios do *Campus* dispõem de instalações e equipamentos adequados às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
2. A biblioteca do *Campus* dispõe de instalações\* [dimensão, limpeza, acústica, iluminação, climatização, segurança, acessibilidade e conservação], equipamentos adequados e ambientes de estudos individuais e em grupo.
3. A biblioteca do *Campus* possui um acervo\* [físico e eletrônico] atualizado, em coerência com os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e em quantidade satisfatória para o desenvolvimento dos cursos.
4. As salas de aula dispõem de instalações e equipamentos\* [acústica, iluminação, climatização, carteiras, equipamentos de multimídia, lousa] que atendem às necessidades dos professores e alunos.
5. A infraestrutura de informática\* [equipamentos, atualização de softwares, acesso à internet] atende às necessidades diárias do *Campus*.
6. A qualificação do quadro docente do *Campus* está coerente com as ações desenvolvidas quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão.
7. O quadro de técnicos-administrativos é qualificado para apoiar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão do *Campus*.
8. O quadro de pessoal terceirizado atende às necessidades do *Campus*.
9. O *Campus* disponibiliza uma boa estrutura de transporte para viagens a serviço, visitas técnicas e aulas de campo.
10. O serviço de manutenção da infraestrutura é eficiente e contribui para o bom funcionamento do *Campus*.

11. Caso considere oportuno, deixe aqui alguma(s) crítica(s) e/ou sugestão(ões) acerca dos aspectos avaliados nesta dimensão.

## **DIMENSÃO D – ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES E EGRESSOS**

---

1. A prática pedagógica docente\* [planejamento didático, aulas teóricas e práticas, visitas técnicas, uso de tecnologias de informação e comunicação, etc.] relativa ao ensino contribui para a educação integrada\* [formação profissional e cidadã] oferecida pela instituição.

2. O acompanhamento pedagógico\* [Conselhos de classe, colegiados de cursos, orientação educacional, apoio pedagógico, etc.] desenvolvido no *Campus* contribui para o desenvolvimento curricular e a aprendizagem do estudante.

3. Os procedimentos de avaliação do estudante e de acompanhamento das atividades acadêmicas podem ser considerados como adequados.

4. Os programas do IFRN relativos à pesquisa e inovação\* [programa de iniciação científica, programas de publicação e de formação de recursos humanos – PFRH – MINTER – DINTER – Cooperações internacionais] favorecem a qualidade da formação do estudante e o desenvolvimento institucional.

5. As ações de parcerias\* [convênios, acordos e contratos] firmadas no seu *Campus* com o setor produtivo público e privado, e outras iniciativas de empreendedorismo\* [incubação tecnológica, empresas juniores, premiações de incentivo ao espírito empreendedor dos alunos] são eficientes.

6. As atividades de extensão desenvolvidas pelo *Campus* propiciam a transferência de conhecimento e tecnologia para a comunidade em termos sociais, artísticos, culturais, desportivos, prestação de serviços e cooperação técnica.

7. As ações de estágio e prática profissional contribuem efetivamente para a formação do estudante e para a articulação entre a teoria e a prática.

8. O programa de estágio e o acompanhamento de egressos do *Campus* tem oportunizado a inserção dos estudantes no mundo do trabalho.

9. Os programas de assistência estudantil\* [bolsas de iniciação profissional, alimentação, assistência à saúde etc.] do *Campus* contribuem para a permanência e êxito do estudante.

10. As ações de inclusão e de acessibilidade para os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades / superdotação são

satisfatórias no seu *Campus*.

11. Caso considere oportuno, deixe aqui alguma(s) crítica(s) e/ou sugestão(ões) acerca dos aspectos avaliados nesta dimensão.

## **DIMENSÃO E – FUNÇÃO SOCIAL E PDI**

1. Posso conhecimento dos principais documentos institucionais que definem a função social do IFRN: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Político Pedagógico (PPP)

2. A comunicação do IFRN com a comunidade externa atende à ampla divulgação de informações sobre o ensino, a extensão, a pesquisa e inovação, bem como a existência de mecanismos de transparência institucional e o atendimento ao público.

3. A prática educativa do IFRN cumpre sua função social, articulando ciência, cultura, trabalho e tecnologia, comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento.

4. As ações do seu *Campus* relativas à inclusão social\*[políticas, programas, projetos de inovação social, acessibilidade etc], e ao desenvolvimento socioeconômico\* [formação de profissionais, produção e socialização de conhecimento, infraestrutura urbana/local e das condições/qualidade de vida da população], são coerentes com o estabelecido no PDI e no PPP.

5. As ações do seu *Campus* relativas ao meio ambiente\* [políticas, programas e projetos] são coerentes com o estabelecido no PDI e no PPP.

6. As ações do seu *Campus* relativas à cultura\* [memória, produção artística e patrimônio cultural], são coerentes com o estabelecido no PDI e no PPP.

7. As atividades de ensino, de extensão e de pesquisa e inovação no seu *Campus* são coerentes com o estabelecido no PDI e PPP.

8. Caso considere oportuno, deixe aqui alguma(s) crítica(s) e/ou sugestão(ões) acerca dos aspectos avaliados nesta dimensão.

## APÊNDICE B – Questionário disponibilizado aos discentes

### **DIMENSÃO C - INFRAESTRUTURA PARA ENSINO E PESQUISA (DISCENTES)**

1. Os laboratórios do *Campus*, aos quais tenho acesso, dispõem de instalações e equipamentos adequados às atividades de ensino, pesquisa e extensão.
2. A biblioteca do *Campus* dispõe de instalações\* [dimensão, limpeza, acústica, iluminação, climatização, segurança, acessibilidade e conservação], equipamentos adequados e ambientes de estudos individuais e em grupo.
3. A biblioteca do *Campus* possui um acervo\* [físico e eletrônico] atualizado, em coerência com os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e em quantidade satisfatória para o desenvolvimento dos cursos.
4. As salas de aula dispõem de instalações e equipamentos\* [acústica, iluminação, climatização, carteiras, equipamentos de multimídia, lousa] que atendem às necessidades dos professores e alunos.
5. A infraestrutura de informática\* [equipamentos, atualização de softwares, acesso à internet] atende às necessidades diárias do *Campus*.
6. A qualificação do quadro docente do *Campus* está coerente com as ações desenvolvidas quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão.
7. O quadro de técnicos-administrativos é qualificado para apoiar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão do *Campus*.
8. O quadro de pessoal terceirizado atende às necessidades do *Campus*.
9. O *Campus* disponibiliza uma boa estrutura de transporte para viagens a serviço, visitas técnicas e aulas de campo.
10. O serviço de manutenção da infraestrutura é eficiente e contribui para o bom funcionamento do *Campus*.
11. Caso considere oportuno, deixe aqui alguma(s) crítica(s) e/ou sugestão(ões) acerca dos aspectos avaliados nesta dimensão.

### **DIMENSÃO D – ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES E EGRESSOS (DISCENTES)**

---

1. A prática pedagógica docente\* [planejamento didático, aulas teóricas e práticas, visitas técnicas, uso de tecnologias de informação e comunicação, etc.] relativa ao

ensino contribui para a educação integrada\* [formação profissional e cidadã] oferecida pela instituição.

2. O acompanhamento pedagógico\* [Conselhos de classe, colegiados de cursos, orientação educacional, apoio pedagógico, etc.] desenvolvido no *Campus* contribui para o desenvolvimento curricular e a aprendizagem do estudante.

3. Os procedimentos de avaliação do estudante e de acompanhamento das atividades acadêmicas podem ser considerados como adequados.

4. A relação professor-aluno no *Campus* do qual faço parte facilita o processo de ensino-aprendizagem.

5. Os cursos oferecidos pela instituição permitem uma boa qualificação profissional.

6. A comunicação interna no *Campus* contribui para o conhecimento das atividades desenvolvidas no IFRN.

7. Os programas do IFRN relativos à pesquisa e inovação\* [programa de iniciação científica, programas de publicação e de formação de recursos humanos – PFRH – MINTER – DINTER – Cooperações internacionais] favorecem a qualidade da formação do estudante e o desenvolvimento institucional.

8. As ações de parcerias\* [convênios, acordos e contratos] firmadas no seu *Campus* com o setor produtivo público e privado, e outras iniciativas de empreendedorismo\* [incubação tecnológica, empresas juniores, premiações de incentivo ao espírito empreendedor dos alunos] são eficientes.

9. As atividades de extensão desenvolvidas pelo *Campus* propiciam a transferência de conhecimento e tecnologia para a comunidade em termos sociais, artísticos, culturais, desportivos, prestação de serviços e cooperação técnica.

10. As ações de estágio e prática profissional contribuem efetivamente para a formação do estudante e para a articulação entre a teoria e a prática.

11. O programa de estágio e o acompanhamento de egressos do *Campus* tem oportunizado a inserção dos estudantes no mundo do trabalho.

12. Os programas de assistência estudantil\* [bolsas de iniciação profissional, alimentação, assistência à saúde etc.] do *Campus* contribuem para a permanência e êxito do estudante.

13. As ações de inclusão e de acessibilidade para os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação são satisfatórias no seu *Campus*.

14. Caso considere oportuno, deixe aqui alguma(s) crítica(s) e/ou sugestão(ões) acerca dos aspectos avaliados nesta dimensão.